

**Pobreza e Fome:  
em busca de uma metodologia para  
quantificação do problema no Brasil**

Maya Takagi  
José Graziano da Silva  
Mauro Del Grossi

Texto para Discussão. IE/UNICAMP  
n. 101, jul. 2001.



# Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil<sup>1</sup>

Maya Takagi<sup>2</sup>  
José Graziano da Silva<sup>3</sup>  
Mauro Del Grossi<sup>4</sup>

## Resumo

Os trabalhos revisados neste texto ilustram as dificuldades de se mensurar o problema da fome e da pobreza no Brasil. Os diversos conceitos e as limitações das fontes de dados fazem com que o problema tenha um foco pouco definido, a despeito do grande número de trabalhos relacionados ao tema. Mas há elementos suficientes para mostrar que o problema existe, é bastante sério e não está diminuindo na velocidade desejada.

A metodologia proposta parte dos dados de renda total declarada na PNAD de 1999, imputa-se o valor estimado para o autoconsumo das famílias agrícolas e desconta-se o valor do aluguel e da prestação da casa própria pagos. A renda assim obtida – denominada renda média familiar disponível per capita – é comparada com a linha de pobreza de US\$ 1,08 por dia, corrigida pelos índices de custo de vida regionais do país.

Os resultados obtidos indicam a existência de 9,324 milhões de famílias (correspondendo a 44,043 milhões de pessoas) pobres em 1999, sendo que praticamente metade delas reside na região Nordeste.

**Palavras-chave:** Pobreza; Fome; Políticas públicas.

## Abstract

The papers revised in this text illustrate the difficulties encountered in measuring the problems of hunger and poverty in Brazil. The diverse concepts and limited sources of data result in a badly defined focus, despite the large number of papers related to the theme. However there are sufficient elements to show that the problem exists, is quite serious and is not decreasing at the desired rate.

The proposed methodology starts off with the data for total income declared in the 1999 PNAD, adds on the value estimated for the consumption of home-produced goods by agricultural families and discounts the values of rents and mortgages. The income thus obtained – denominated the available average family income per capita – is compared to the poverty line of US\$ 1.08 per day, corrected according to the regional costs of living indexes of the country.

The results obtained indicated the existence of 9.324 million poor families (corresponding to 44.043 million people) in 1999, of which practically half live in the northeastern region.

**Key words:** Poverty; Hunger; Public policies.

---

(1) Este texto foi produzido como subsídio para estimar o público beneficiário do Projeto “Fome Zero” do Instituto Cidadania ([www.icidadania.org.br](http://www.icidadania.org.br)) e do Projeto “A Evolução do Núcleo Duro da Pobreza Rural” que tem o apoio financeiro do CNPq. Os autores agradecem a revisão cuidadosa de Rodolfo Hoffmann e a contribuição de Francisco Ferreira (PUC-RJ) e Sonia Rocha (IPCA-RJ) para elaboração do texto.

(2) Analista da Fundação Seade e doutoranda do Instituto de Economia da Unicamp em Economia Aplicada.

(3) Professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp.

(4) Pesquisador do IAPAR e Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp.

## **Introdução**

A preocupação com o problema da falta do acesso à alimentação por parcelas significativas da população mundial e nacional, resultando em fenômenos como a fome e a desnutrição, sempre foi assunto de grande preocupação por parte de pesquisadores, organizações não-governamentais, organizações de fomento internacionais e poder público, mas tem assumido proporções crescentes nos últimos anos.

Especialmente com relação às organizações internacionais, percebe-se uma ação mais coordenada em torno de programas de “Combate à Pobreza” (Banco Mundial, 2000 e PNUD, 2000) ou “Segurança Alimentar” (FAO, 2000). Estas preocupações e ações refletem o fato de que a manutenção da pobreza e de níveis agudos de fome e mesmo o seu aumento em alguns continentes, é o grande calcanhar de Aquiles para o “sucesso” do sistema capitalista mundial, na sua versão global.

A Cúpula Mundial da Alimentação de 1996, que reuniu em Roma 186 países, definiu como meta reduzir pela metade o número de desnutridos até o ano de 2015, o que fez com que a FAO adotasse uma metodologia para quantificação da fome no mundo. Similarmente, o Banco Mundial acompanha os dados de pobreza mundial desde 1993, sendo que seu último relatório sobre desenvolvimento mundial (2000/2001) denomina-se “Luta contra a Pobreza”. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, na mesma linha, adotou o compromisso de reduzir pela metade a extrema pobreza no mundo, e também publica anualmente avaliações sobre o estado de desenvolvimento humano do mundo, acompanhando indicadores sociais.

No Brasil, merece destaque a mobilização em torno do Plano Nacional de Segurança Alimentar, em 1991, do lançamento da Ação da Cidadania no Combate à Fome, à Miséria e pela Vida (Campanha do Betinho), em 1993, e a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, em 1993, como fruto da mobilização da sociedade. Recentemente, o programa governamental federal mais expressivo de combate à fome, o de distribuição de cestas básicas – PRODEA, foi desativado, sem que houvesse uma discussão mais ampla sobre seu papel, sua necessidade e eficácia, e pior, sem que se criasse um programa alternativo.

Com relação ao acompanhamento do número de indigentes e pobres no Brasil, diversos pesquisadores, entre os quais se destacam os do IPEA, da Cepal, do IBGE e das Universidades, desenvolvem metodologias diversas para seu dimensionamento, com resultados também diversos. As últimas estatísticas

disponíveis para o país têm mostrado uma manutenção dos níveis de pobreza e indigência, com ligeiro aumento entre 1996 e 1998 (Rocha, 2000b, Hoffmann, 2001).

O objetivo deste texto é levantar as principais estimativas existentes para mensurar a “população que passa fome” no Brasil, discutir as metodologias utilizadas para cada caso, e elaborar uma proposta para sua quantificação, visando obter o público beneficiário para o **Projeto Fome Zero**, do Instituto Cidadania, a ser lançado no Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro de 2001. Para tanto, em primeiro lugar, discutem-se as metodologias vinculadas a estes conceitos e, em segundo lugar, os diversos conceitos associados à fome e pobreza. Finalmente, apresenta-se uma proposta metodológica para mensuração do público-alvo do Projeto Fome Zero.

É preciso deixar claro que não se pretende, neste trabalho, estimar as pessoas que passam fome no país. Esta é uma tarefa que exige pesquisas amplas que ainda estão em elaboração no país (a POF 2001, por exemplo, que prevê a mensuração do peso e altura das pessoas, buscando ampliar o escopo da pesquisa). Nosso objetivo é apenas de estimar o **público potencial beneficiário** do Projeto Fome Zero, em elaboração pelo Instituto Cidadania.

Considera-se que está perfeitamente estabelecido que, hoje, no Brasil, o problema principal para as famílias terem acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas, não é a falta de produção de alimentos, mas a falta de renda para obtê-los.<sup>5</sup> Assim, estão vulneráveis à fome todas as famílias que não têm renda suficiente para todos os gastos básicos (não só alimentares, mas também com transporte, aluguel, saúde, etc.).

## **1 Os métodos e números existentes para estimar a população que “passa fome”**

Os diversos métodos existentes para mensuração da população que não se alimenta adequadamente, podem ser agrupados em dois grupos principais: o **método direto** e o **método indireto**. O método direto capta, através de pesquisas sobre consumo ou dados antropométricos, o número de pessoas e as famílias que não têm ingestão adequada de calorias e proteínas. Avalia-se, por exemplo, a adequação da ingestão de alimentos ou a adequação do peso em relação à altura da

---

(5) Para uma discussão dessa questão, veja Graziano da Silva (1996).

população. Neste segundo caso, capta-se o **efeito** continuado da falta de alimentação adequada no organismo.

O método indireto procura inferir se uma população é carente, através de outros indicadores que não o consumo calórico e os dados antropométricos. A principal variável utilizada nos métodos indiretos é a renda familiar per capita. Parte-se do pressuposto de que a falta de renda é o principal fator que leva as pessoas a não se alimentarem adequadamente. Define-se, então, uma renda, que se considera suficiente para uma alimentação adequada (a partir de uma cesta de alimentos pré-definida, por exemplo) e calcula-se o número das famílias que não alcançam este valor.<sup>6</sup>

Apresentam-se, a seguir, os dados encontrados para estas diversas formas de medição:

## **1.1 Os métodos diretos**

### **a) Taxa de Adequação do Consumo Energético (TACE)**

Considera-se a TACE a forma mais adequada de medição como indicador unitário. Ela indica se a quantidade de alimentos ingeridos por uma família fornece calorias em quantidade suficiente ou não, das recomendações energéticas para seus membros (Lustosa e Figueiredo, 1990). O cálculo desta taxa exige informações detalhadas do consumo das famílias. A última pesquisa desta natureza foi o ENDEF (Estudo Nacional da Despesa Familiar), em 1974/75.

Os cálculos disponíveis para o Brasil mostram que 42% das famílias (cerca de 8 milhões) ou 50% da população (46,5 milhões de pessoas) apresentavam uma TAE inferior a 100%, em 1974/75 (Lustosa & Feitosa, 1990).

Os autores calcularam também que, do total das famílias com insuficiência alimentar, 34% localizavam-se nas áreas rurais; 80,1% tinham mais de 4 pessoas; e, em 92,9% delas, o chefe da família tinha nível de instrução analfabeto ou elementar.

### **b) Dados antropométricos:**

O uso de indicadores biológicos (altura e peso em relação à idade e sexo) é mais comum no campo da saúde e nutrição. Embora não seja usual que os pesquisadores da área social ou econômica acompanhem estes dados, sua utilização é importante quando se trata do fenômeno da fome, o que resulta em um alto grau de interdisciplinaridade. Dentro deste campo, há dois níveis principais de medição

---

(6) Lustosa & Figueiredo (1990) também abordam a divisão entre o conceito de pobreza absoluta e relativa, esta última mais utilizada nos países europeus. Trabalharemos no texto apenas com o conceito de pobreza absoluta.

que consideraremos neste trabalho: a medição de adultos e a medição de crianças. Estes dados devem ser considerados separadamente pois têm diferentes significados e padrões de acompanhamento.

### ***b1) Índice de Massa Corporal de Adultos***

Monteiro (1995) considera o Índice de Massa Corporal – IMC (peso dividido pelo quadrado da altura) mais adequado para avaliar a incidência da **fome**, enquanto falta de ingestão calórica (quantitativa), no caso de pessoas adultas (mais de 24 anos de idade). Para a OMS (Organização Mundial de Saúde), é normal que haja 3 a 5 % de pessoas com IMC menor que 18,5 kg/m<sup>2</sup> em um país, pela existência de pessoas constitucionalmente magras. Os parâmetros definidos pela OMS são:

- prevalência de déficit energético leve: entre 5 e 9 % da população maior de 24 anos com IMC < 18,5 kg/m<sup>2</sup>;
- prevalência moderada: entre 10 e 19 % da população
- prevalência alta: entre 20 e 39% da população
- prevalência muito alta: mais de 40% da população

Monteiro (1995) calculou, para o Brasil, os valores da Tabela 1, a partir dos dados da Pnsn (Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição, de 1989). A conclusão do autor é que a incidência do déficit energético é restrita no Brasil como um todo, mantendo-se dentro dos limites do índice considerado normais. Mas dentro das regiões, especialmente na área rural do Nordeste, existe incidência **leve a moderada**. Verifica-se, também a prevalência leve nas regiões rurais sudeste e centro-oeste.

Tabela 1  
Porcentagem de adultos (25 anos e mais) com baixo Índice de Massa Corporal (IMC) <sup>(a)</sup>  
Brasil, 1989

Região	Áreas		
	Urbana	Rural	Total
Norte	4,4	-	4,4
Nordeste	5,2	9,4	6,8
Sudeste	3,9	7,2	4,4
Sul	2,6	4,1	3,0
Centro-Oeste	4,2	6,3	4,7
Brasil	4,0	7,5	4,9

<sup>(a)</sup> IMC < 18,5 kg/m<sup>2</sup>

Fonte: Monteiro (1995).

Dados mais recentes do mesmo autor (Monteiro et al., 1997) estimados apenas para mulheres são apresentados na Tabela 2. Embora tenha ocorrido uma melhoria sensível entre 1975 e 1989, no período mais recente (1989 a 1996), os dados mostram uma estabilização da proporção de mulheres com déficit de reservas

energéticas para o país como um todo. Esta estabilidade, na verdade, decorre de um aumento da proporção nas áreas urbanas do Nordeste e Centro-Sul, bem como da área rural do Centro-Sul. A única região que apresentou queda na proporção entre 1989 a 1996 foi a área rural do Nordeste, que exibe, porém, o maior valor absoluto. Ou seja, o problema da “fome”, na sua forma mais aparente, que afeta as reservas energéticas das pessoas, está presente em todo o país, especialmente nas áreas rurais do Nordeste. Infelizmente, na primeira metade dos anos 90 houve uma reversão da tendência de queda verificada nas décadas anteriores.

Tabela 2  
Porcentagem de Mulheres em idade reprodutiva com baixo IMC <sup>(a)</sup>  
Brasil 1975/96

Região/área	Anos			Variação Anual (%)	
	1975	1989	1996	1975/89	1989/96
Urbana					
Norte	12,2	5,5	5,5	-3,9	0,0
Nordeste	10,8	5,2	6,3	-3,7	3,0
Centro-Sul <sup>(2)</sup>	7,1	4,6	5,8	-2,5	3,0
Brasil	8,6	4,8	5,9	-3,2	3,3
Rural					
Nordeste	13,3	12,2	8,8	-0,6	-4,0
Centro-Sul <sup>(b)</sup>	9,6	5,1	6,1	-3,3	2,8
Brasil	11,2	8,6	7,4	-1,7	-2,0
Total					
Nordeste	11,8	8,4	7,7	-2,1	-1,2
Centro-Sul <sup>(b)</sup>	7,8	4,7	5,8	-2,8	3,3
<b>Brasil</b>	<b>9,7</b>	<b>5,8</b>	<b>6,2</b>	<b>-3,6</b>	<b>1,0</b>

<sup>(a)</sup> Mulheres de 18 a 49 anos de idade que são mães de crianças menores de cinco anos, c/ IMC <18,5 kg/m<sup>2</sup>.

<sup>(b)</sup> Refere-se aos resultados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Fonte: Monteiro (1997).

### ***b2) Desnutrição Infantil***

Para os profissionais de saúde, a desnutrição infantil está mais relacionada com a pobreza do que a própria fome, pois é o resultado da carência de uma série de fatores e não apenas da deficiência alimentar (Monteiro, 1990).

A desnutrição é o resultado clínico de deficiência de nutrientes necessários, cujo resultado pode ser mais facilmente observado em crianças. A desnutrição não é, portanto, resultado apenas de um déficit energético. Ela pode resultar de múltiplos fatores: maus hábitos alimentares, como falta de ingestão de nutrientes importantes; más condições de higiene, que podem provocar diarreias e perda dos nutrientes ingeridos; falta de saneamento básico; deficiência de alimentos específicos, como proteínas e vitaminas; processos infecciosos frequentes, etc.

A medição do problema é feita através do cálculo da porcentagem das crianças com retardo no crescimento infantil (altura abaixo de um valor mínimo

estabelecido para cada idade e sexo, segundo parâmetros da OMS): “a proporção de crianças com baixa estatura em populações sadias e bem-nutridas não deve ultrapassar de 2% a 3%, o que corresponde à frequência de crianças geneticamente baixas” (Monteiro, 1995).

Os dados mais recentes disponíveis para o Brasil, apresentados na Tabela 3, mostram, de um lado, níveis absolutos elevados, bastante acima dos padrões aceitos, especialmente nas áreas urbanas do Norte e Nordeste e em todas as áreas rurais do país. De outro, mostram que a proporção de crianças com desnutrição crônica vem apresentando progressiva redução ao longo dos anos. Esta redução está associada, segundo o autor, a diversos fatores, como o aumento na proporção de indivíduos beneficiados pelos serviços de saúde, educação e saneamento, taxas de fecundidade decrescentes e reduzido crescimento populacional nos últimos anos. As áreas urbanas têm apresentado taxas de redução maiores que as áreas rurais, aumentando ainda mais a distâncias entre elas. Entretanto, as proporções de 25,2% para a região Nordeste rural, e de 16,6% na região Norte urbana e 13,0% da região Nordeste rural, bem como a proporção agregada para o Brasil de 10,4% em 1996 situam-se muito acima dos 2 a 3% esperados para uma população saudável e bem nutrida.

Tabela 3  
Proporção de Crianças com Desnutrição Crônica nas Formas Severas <sup>(a)</sup> – Brasil 1975/96 (%)

Região/área	Anos			Variação Anual (%)	
	1975	1989	1996	1975/89	1989/96
Urbana					
Norte	39,0	23,0	16,6	-2,9	-4,3
Nordeste	40,8	23,8	13,0	-3,0	-6,5
Centro-Sul <sup>(b)</sup>	20,5	7,5	4,6	-4,5	-5,5
Brasil	26,6	12,5	7,7	-3,8	-5,5
Rural					
Nordeste	52,5	30,9	25,2	-2,9	-2,6
Centro-Sul <sup>(b)</sup>	29,4	12,3	9,9	-4,2	-2,8
Brasil	40,5	22,7	18,9	-3,1	-2,4
Total					
Nordeste	47,8	27,3	17,9	-3,1	-4,9
Centro-Sul <sup>(b)</sup>	23,9	8,6	5,6	-4,6	-5,0
<b>Brasil</b>	<b>32,9</b>	<b>15,7</b>	<b>10,4</b>	<b>-3,7</b>	<b>-4,8</b>

<sup>(a)</sup> refere-se a crianças < 5 anos com altura aquém de dois desvios-padrão dos valores médios esperados para idade e sexo (padrão NCHS/OMS).

<sup>(b)</sup> refere-se ao resultado das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Fonte: Monteiro et al. (1997).

## 1.2 Os métodos indiretos

Os métodos indiretos embasam a maior parte dos estudos ligados à pobreza e fome realizados para o Brasil e também dos estudos comparativos com outros países. No geral, trata-se de estudos que buscam aferir a pobreza e a fome através de indicadores de renda, ou daqueles que buscam associar esta variável a outras fontes de dados existentes.

### a) Método da FAO:

A FAO, como resultado do compromisso de reduzir pela metade o número de famintos no mundo até 2015, buscou definir uma metodologia que permitisse aferir o problema em todos os países. A segunda edição do “Estado da Insegurança Alimentar no Mundo” (SOFI), de 2000, estimou em 826 milhões de pessoas o número de subnutridos no período 1996/98, sendo que 792 milhões residem em países não desenvolvidos e apenas 34 milhões em países desenvolvidos ou em transição (Europa Oriental e antiga União Soviética). Este número permaneceu estável em relação ao período anterior, de 1995/97, demonstrando que pouco se avançou na busca do compromisso de reduzir a fome no planeta.

A metodologia da FAO parte da disponibilidade de alimentos no país e calcula o número total de calorias per capita disponíveis (produção local menos o saldo comercial agrícola e estoques de alimentos). Em seguida, utiliza indicadores do consumo alimentar ou da própria distribuição de renda para estimar a desigualdade de acesso aos alimentos e obtém a porcentagem da população cujo consumo alimentar está abaixo das necessidades mínimas previamente definidas,<sup>7</sup> consideradas pessoas subnutridas.

Para o Brasil, este cálculo resultou em uma estimativa **de 10% de subnutridos, ou 15,9 milhões de pessoas, no período 1996/98**. Este número representa **quase 30% dos subnutridos estimados na América Latina** (54,9 milhões de pessoas ou 11% da população da região), sendo que o Brasil é o país com maior número absoluto de subnutridos desta região.

O mesmo estudo estimou que a disponibilidade diária de calorias por pessoa no Brasil é de 2.960, bastante acima do mínimo recomendado de 1.900 calorias. Isso significa que, se todos os alimentos disponíveis no país fossem igualmente distribuídos entre sua população, não haveria fome no Brasil. Pelo contrário, possivelmente seríamos conhecidos como um país de “gorduchos”. Os

---

(7) Calcula-se uma média de necessidade calórica mínima para a população, de acordo com a faixa etária e o sexo. Esta necessidade mínima para cada grupo é baseada no peso mínimo aceitável para altura típica do grupo no país e na atividade mais leve.

cálculos mostram também que as pessoas subnutridas teriam um consumo médio de 1.650 calorias/pessoa/dia, o que significa um déficit energético de 250 calorias/pessoa/dia. O Brasil é classificado na categoria 3 (de 1 a 5, para proporções crescentes de subnutridos), juntamente com países como Nigéria, Paraguai e Colômbia, por exemplo.

Esta forma de medição utilizada pela FAO, entretanto, é considerada pouco precisa, pois parte-se dos dados de disponibilidade total calórica, desconsiderando, por exemplo, as perdas agrícolas, no processamento agroindustrial e no transporte. Segundo a própria FAO, o método tende a subestimar o número real de subnutridos do país, prestando-se mais para as comparações entre países e para avaliar a capacidade potencial da agricultura de cada país em alimentar sua população.

#### **b) Método da insuficiência de renda**

Aqui se encontra o maior número de estudos ligados ao problema da indigência e da fome tanto no Brasil como em organismos internacionais, como a Cepal e o Banco Mundial.

Trata-se, basicamente, de definir uma determinada linha de indigência e/ou pobreza,<sup>8</sup> e calcular o número de famílias cuja renda é inferior a esta linha. Na realidade, a estimativa da população pobre não revela a proporção de pessoas que realmente “passam fome”, uma vez que parte dessa população pode estar tendo acesso a programas de fornecimento de cestas básicas e vales alimentação ou a doações, etc.

O critério de definição da linha de indigência/pobreza, o método de regionalização e de correção monetária é que causam as diferenças nos valores dos diversos estudos realizados até o momento. Entre os principais, destacam-se aqueles que definem a linha a partir de uma determinada renda, única para o país, geralmente como proporção do salário-mínimo, ou que partem da estrutura de consumo das famílias. Rocha (1996) fez uma excelente revisão sobre as diversas metodologias e os dados calculados para o Brasil na década de 80, comparando esses métodos. Mesmo quando são semelhantes e fundados na mesma fonte de dados, os diversos métodos baseados na insuficiência de renda apresentaram resultados discrepantes devido a diferenças nos critérios adotados. A seguir,

---

(8) A definição de linha de indigência está mais próxima daquilo que estamos querendo discutir, pois trata-se da renda mínima necessária para adquirir o valor de uma cesta de alimentos com quantidades energéticas mínimas ou recomendadas. A linha de pobreza é superior à linha de indigência pois inclui, além do valor da cesta de alimentos, todas as outras despesas não-alimentares, como vestuário, moradia, transportes, etc. No entanto, como estas definições se confundem, serão abordados os dois conceitos neste trabalho.

apresentam-se alguns estudos mais recentes baseados nos métodos de insuficiência de renda.

### **b1) Linha de indigência ou pobreza definida pela renda:**

#### i) como proporção do salário-mínimo (sm)

Este método é bastante utilizado pois, em tese, o salário-mínimo deveria suprir as necessidades básicas, não só da alimentação mas também da moradia, vestuário, etc. Os valores comumente utilizados como linha de pobreza são de  $\frac{1}{4}$  ou  $\frac{1}{2}$  do salário-mínimo.<sup>9</sup> Hoffmann (2001)<sup>10</sup> calculou a proporção de pobres segundo estes dois parâmetros, utilizando as PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), chegando nos seguintes resultados:

#### **Linha de pobreza de $\frac{1}{4}$ sal. min. de ago./80**

1993: 24,7% da população

1999: 18,1% da população

#### **Linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ sal. min. de ago./80**

1993: 47,7% da população

1999: 38,1% da população

A vantagem do método da proporção do salário-mínimo é a praticidade e transparência do cálculo. A desvantagem, além da variação periódica do salário-mínimo,<sup>11</sup> é que este dificilmente chegou, efetivamente, a suprir as necessidades básicas dos trabalhadores. Além disso, o uso de um único valor de renda para o Brasil não leva em consideração as diferenças nos custos de vida entre regiões do Brasil nem entre as áreas rurais e urbanas. Segundo Rocha (1996), tende-se, assim, a superestimar a pobreza nas áreas rurais e subestimar nas áreas metropolitanas, que tem custo de vida superior.

#### ii) como renda per capita de um dólar por dia

---

(9) Garcia (2001), ao elaborar uma proposta de avaliação de políticas públicas, propõe o uso do conceito de *patamar mínimo de existência com dignidade*, que se expressaria pela posse de uma quantidade mínima de patrimônio e renda. Essa quantidade mínima é definida partir da linha de pobreza de 1,5 salário-mínimo per capita, que resulta em um valor de R\$ 226,50.

(10) Refere-se à proporção de pessoas com rendimento familiar per capita igual ou menor do que o valor real de  $\frac{1}{2}$  ou  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo de agosto de 1980 (R\$ 92,29 e R\$ 46,15 de setembro de 1999, respectivamente). É importante salientar que Hoffmann não se propõe a estabelecer, por meio deste método, o número de pessoas indigentes ou que passam fome, mas unicamente os pobres.

(11) Hoffmann, para evitar o efeito da variação do salário-mínimo ao longo dos anos, adotou o valor de um salário-mínimo de agosto de 1980. A LP é obtida a partir da deflação anual deste salário, ao invés de utilizar o valor do salário-mínimo prevalecente em cada ano.

O Banco Mundial calcula a proporção de pobres ou extremamente pobres no mundo por esse parâmetro, como forma de unificar a capacidade de compra em nível mundial através de uma mesma moeda. Os dados de 1998 indicam que, dos 6 bilhões de habitantes do mundo, 2,8 bilhões (quase a metade) vivem com menos de 2 dólares por dia, e 1,2 bilhão (um quinto), com menos de 1 dólar por dia (Banco Mundial, 2000). Pior: o relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001 indicou que na América Latina, sul da Ásia e África subsaariana, o número de pobres tem aumentado. No Brasil, os **dados de 1997 indicam que 5,1% da população** vivem com menos de um dólar por dia (Banco Mundial, 2000). Infelizmente, a nossa moeda – o real – esteve artificialmente sobrevalorizada em relação ao dólar durante os anos de 1994 a 1998, o que faz com que essa proporção de 1997 esteja fortemente subestimada. Infelizmente, não se dispõe de outros dados mais atualizados para o Brasil para essa linha de pobreza de um dólar por dia.

#### **b2) Linha de indigência/pobreza definida pela estrutura de consumo:**

Este método surgiu como uma opção para a utilização da proporção do salário-mínimo combinando pesquisas de estrutura de consumo das famílias, como o Endef (1974/75) e a POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada nos anos de 1987/88 e 1995/96. Basicamente, trata-se de definir uma cesta básica de alimentos, de acordo com a estrutura de consumo e os preços regionais. Definindo-se o custo desta cesta, considera-se indigente a população cuja renda familiar per capita não alcance o valor desta cesta alimentar; e como pobres, as pessoas que não atingem a renda necessária para adquirir a cesta de alimentos mais os bens não alimentares básicos (moradia, transporte, etc).

Rocha (2000b) analisou os diversos estudos e metodologias que partem da estrutura de consumo para definir a linha de indigência e pobreza. Segundo a autora, existe uma série de passos que envolvem certas “arbitrariedades” até chegar à definição da população indigente e pobre. Isso faz com que cada cálculo seja único e incomparável com outras formas de cálculo (a autora calculou que, dependendo das medidas adotadas, a linha de indigência calculada pode variar 50% e a linha de pobreza pode variar até 127%). Essas diferenças resultam das opções adotadas para definição das linhas de indigência e pobreza em relação a:

##### **i) Definição das quantidades recomendadas de calorias**

Os autores analisados por Rocha (2000b) (Cepal, Ellwanger, Feres e Lustosa e Landen) mostram variações para a Região Metropolitana de São Paulo de 2.135 calorias/dia para 2.288 calorias/dia. Segundo a autora, todos os estudos baseiam-se em recomendações da FAO/OMS, mas diferem pelas formas de

classificar as atividades ocupacionais como leves, moderadas ou pesadas, e às necessidades calóricas em 24 horas.

ii) Definir a cesta alimentar de menor custo

Segundo a autora, caso se adote as cestas alimentares efetivamente consumidas pela população (observadas no Endef ou na POF), correspondentes à ingestão calórica recomendada, o valor da despesa é muito elevado, fazendo com que a estimativa do número de indigentes seja muito alta. Assim, os autores buscam reduzir o valor da cesta alimentar, mantendo o aporte calórico recomendado. Geralmente, isto se faz ordenando as famílias segundo o consumo calórico per capita crescente, e selecionando-se a cesta de consumo de determinada faixa (2<sup>o</sup>, 3<sup>o</sup> ou 4<sup>o</sup> décimo da população, ou 20<sup>o</sup> percentil, por exemplo). Adotando-se a cesta consumida por esta parcela, ajustam-se proporcionalmente as quantidades de alimentos para alcançar o valor calórico recomendado.

iii) Estimar o consumo não alimentar.

Geralmente, as despesas não alimentares são estimadas como proporção das despesas alimentares, não sendo, portanto, calculadas de acordo com as despesas efetivamente observadas, o que levaria também a valores de despesas totais elevadas. Geralmente, adota-se a proporção de 50% da despesa total (o que equivale a estimar que as despesas alimentares e não alimentares têm a mesma proporção no gasto total da família), como faz a Cepal. Mas há diversos outros procedimentos buscando também reduzir o valor da cesta total. Por exemplo, adotando-se a proporção de despesas não alimentares sobre a classe de despesa alimentar que permite atender apenas às necessidades calóricas mínimas (abaixo da recomendada), como faz Rocha (1997 e 2000a), ou adotar a proporção de despesa não alimentar sobre o intervalo de despesa total das famílias que corresponde ao valor da Linha de Indigência, como fazem Ferreira, Lanjouw & Neri (2000).

iv) Estimativa das diferenças de custos de vida para as regiões do país

A dificuldade deriva do fato de que as POFs foram feitas apenas em 9 regiões metropolitanas e em Goiânia e Brasília; as áreas urbanas não metropolitanas e as áreas rurais não fizeram parte da pesquisa. Reconhecendo esta limitação, Rocha (1997, 2000a) utiliza os mesmos diferenciais de consumo verificados através do Endef de 1974/75, pressupondo que as mudanças de estruturas de consumo e de preços ao consumidor mantiveram-se as mesmas entre regiões desde então. No entanto, há fortes indicações de que houve uma certa convergência nos hábitos de consumo e nos custos de vida tanto entre as grandes regiões como entre as áreas metropolitanas, urbanas não metropolitanas e as áreas rurais.

Outras soluções utilizadas são: reduzir pela metade os diferenciais observados por Rocha a partir do Endef (Maletta, 1998); ou adotar diferenciais fixos, como a Cepal (1989), que adota para as áreas rurais linhas de pobreza 25% mais baixas que as das áreas metropolitanas. É interessante observar que este último método foi o utilizado na elaboração do Mapa da Fome, em 1990.

Ferreira, Lanjouw & Neri (2000) utilizaram outra fonte de dados: a PPV (Pesquisa sobre Padrões de Vida) de 1996. Esta pesquisa tem a vantagem de abranger as áreas urbanas e rurais, mas a desvantagem de ter sido realizada apenas nas regiões Nordeste e Sudeste, obrigando os autores a estimar os custos de vida das demais regiões. Além disso, a amostra foi bastante reduzida (5.000 domicílios). Os autores citados utilizaram os dados da PPV para calcular índices de deflação de custo de vida (ou de renda) para cada uma das áreas abrangidas pela pesquisa, e chegaram a diferenças bem mais reduzidas entre as regiões e entre as áreas urbanas e rurais, em relação aos dados utilizados por Rocha. As maiores diferenças observadas foram da região Sudeste rural para a Região Metropolitana de Salvador, de 32,6%. Em Rocha (2000a), a maior diferença entre as linhas de indigência para o mesmo ano (1996) ocorre entre o Centro-Oeste rural e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, de 108,1%.

O estudo realizado pela Comissão de Estudos sobre Pobreza no Brasil, composta por técnicos do Ipea, Cepal e IBGE (Árias 1999a), calculou cestas alimentares baseadas na POF 1987/88 para as regiões metropolitanas. A metodologia foi bastante refinada, sendo que as famílias foram divididas em 160 grupos com percentis móveis. Os valores das LI para as demais áreas urbanas são calculadas por meio de uma média simples entre os valores das cestas para estas áreas obtidas a partir do Endef e o valor das cestas metropolitanas calculadas, para cada região.

v) Atualização dos valores monetários das linhas de indigência e pobreza

Segundo Rocha (2000b), atualizando-se a cesta produto por produto ou agregadamente via índice de preços de alimentação, a diferença chega a 14,4% no valor final da cesta. Outro problema consiste na atualização monetária das despesas não alimentares, que geralmente não é feita: novamente, costuma-se estimar, após a deflação dos produtos alimentares, a proporção das despesas não alimentares.

O Quadro 1 apresenta, sucintamente, alguns dados e parâmetros de linhas de indigência calculadas de acordo com o método da renda definida a partir da estrutura de consumo.

Quadro 1  
 Dados selecionados de indigência/pobreza calculados pelo Método da Estrutura de Consumo no Brasil

<b>Autor</b>	<b>Definição da cesta alimentar</b>	<b>Fonte dos dados para LI e Método para atualização</b>	<b>Método para regionalização da LI</b>	<b>Valor da % de indigentes mais atual para Brasil</b>
Cepal (1989) e Feres & León (1990)	Composição média da pauta de consumo do país a partir do Endef. Cestas diferentes para 7 regiões do país: 10 áreas metropolitanas, demais áreas urbanas (com proporção pré-definida de proteínas, gorduras, cereais e legumes.)	Fonte dados: Endef de 1974/75 Atualização: POF da FGV de setembro de 1986	LI das áreas rurais = 75% das LI da área metropolitana para cada região	1987: 18% da população
IPEA/Mapa da Fome (Peliano, 1993)	Mesma LI da Cepal (1989)	Fonte dos dados: Cepal 1989 Atualização: INPC – alimentação de cada área metropolitana aplicada também nas áreas urbanas sobre as LI de 1986	Áreas rurais = 75% da LI das áreas metropolitanas	1990: 31.679.095 pessoas ou 21,94% da população.
Comissão mista Ipea, Cepal e IBGE (Árias 1999a)	Cálculo de cestas para 10 áreas metropolitanas, 7 áreas urbanas e 6 áreas rurais. Recomendações calóricas para as 5 regiões (média nacional = 2.267 Cal/dia) As famílias foram divididas em 160 grupos com percentis móveis.	Fonte de dados: POF 1987/88 para áreas metropolitanas Atualizou cada produto componente das cestas (50 produtos) através do levantamento de preços do IBGE.	Para áreas urbanas e rurais foi calculada a média da cesta do Endef com a cesta metropolitana calculada.	1997: 20,3 milhões de pessoas ou 13 % da população.
IPEA/Sônia Rocha (2000 <sup>a</sup> )	Utiliza cestas de alimentos que correspondem às recomendações calóricas mínimas (para metabolismo basal) em torno de 1.750 Cal/dia, com quantidades ajustadas para atingir padrão calórico recomendado.	Fonte dos dados: POF 1987/88 Atualização: INPC – alimentação de cada área metropolitana	Estrutura de consumo e de custos da Endef 1974/75	1999: 13,6 milhões ou 8,7% da população
Ferreira, Lanjouw & Neri (2000), e Camargo & Ferreira (2001)	Consumo alimentar referente às médias do 2° ao 5° decil, ajustada para consumo de 2.288 calorias/dia.	Fonte dos dados: PPV 1996 Atualização: INPC – alimentação de cada área metropolitana.	Utilizou-se a cesta de uma região como base e deflacionou-se as rendas das demais regiões com base nos dados da PPV.	1999: 29% da população

Verifica-se, assim, dentro de um pequeno número de estudos, uma variada gama de resultados. Entre os extremos, observa-se, para o mesmo ano (1999), os dados de Rocha, de 8,7% da população abaixo da linha de indigência enquanto que Camargo & Ferreira (2001) estimaram em 29%.

## **2 Avaliação dos conceitos de fome, desnutrição e pobreza segundo as metodologias utilizadas**

Os três conceitos principais tratados até o momento: pobreza, fome e desnutrição têm uma forte relação, mas não têm o mesmo significado. Segundo Monteiro (1995), a falta de renda torna difícil o acesso às necessidades básicas, como alimentação, vestuário, habitação, educação, cuidados com a saúde etc. Qual a prioridade que a família vai dar para alocar os escassos recursos (ex: moradia x alimentação, ou cuidados com a saúde), é diferente de família para família. A fome ocorre quando a alimentação diária não supre a energia requerida para manutenção do organismo e para exercício das atividades normais do ser humano. A desnutrição decorre da manifestação de sinais clínicos que provêm da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta ou também de doenças que provocam o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos.

Assim, é possível que a sociedade seja muito pobre, afetando o acesso a determinadas necessidades (como educação, saúde, moradia), mas não passe fome. Também é possível que as pessoas tenham renda suficiente para se alimentar e viver dignamente mas tenham uma alimentação inadequada. Com relação à fome e à desnutrição, Monteiro (1990) afirma que toda fome leva necessariamente à desnutrição, mas nem toda desnutrição se origina da deficiência energética, principalmente na população infantil. Vários fatores, como a deficiência específica de macro e micronutrientes, o desmame precoce, a higiene alimentar precária e a ocorrência excessiva de infecções podem causar a desnutrição infantil, sendo que, por conta disso, considera-se que a desnutrição está mais associada à pobreza do que à fome, devido às carências globais a que a criança está submetida: não apenas a falta de ingestão de alimentos, mas também a diversificação e a adequação nutricional da dieta, conhecimentos básicos de higiene, condição salubres de moradia, cuidados de saúde, etc.

No caso brasileiro, não há dúvida que a grande causa da falta de acesso aos alimentos, bem como da desnutrição infantil, é o baixo nível de renda. A Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição – PNSN de 1989 constatou que ligeiros acréscimos na renda domiciliar traduzem-se em melhor desempenho no crescimento da população até 25 anos de idade. Hoffmann (1995) também constatou correlação negativa entre prevalência de retardo no crescimento na infância e o rendimento mediano das famílias destas crianças.

No entanto, isto não significa que os dois conceitos – fome e pobreza – possam ser tratados como sinônimos. Infelizmente, na ausência de dados diretos, tem-se que considerar as pessoas que não têm renda suficiente para adquirir uma cesta básica como aquelas que “passam fome”, ou pelo menos como vulneráveis a isso.

O principal problema não está nesse ponto, pois é válido que se considerem pessoas com renda muito baixas como aquelas vulneráveis à situação de fome, ou com consumo alimentar quantitativamente e qualitativamente inadequados. O maior problema está na inadequação dos dados estatísticos para esta aferição. Os dados de renda predominantemente utilizados pelos estudos do método indireto baseiam-se na PNAD, que é uma excelente fonte de dados para diversos propósitos. No entanto, para o problema em questão (população que “passa fome”), as PNADs apresentam as seguintes limitações:

a) não tem informações sobre o consumo. Não se tem dados precisos de onde é gasta a renda das famílias. Esta lacuna é suprida apenas pela POF, que é feita apenas a cada 10 anos e só nas regiões metropolitanas, mas esta também só tem dados de despesas, mas não de ingestão;

b) só abrange as famílias residentes em domicílios particulares. Ou seja, não entra na pesquisa a parcela da população mais vulnerável e desprovida de condições, que é aquela sem moradia fixa, para a qual não se dispõe de nenhuma estimativa para o país;

c) exclui a população rural da região Norte (exceto do Estado de Tocantins) uma das áreas mais pobres do país;

d) não inclui bens de consumo provenientes de doações ou programas governamentais, nem o autoconsumo das famílias agrícolas.

Além disso, existe uma tendência de subestimação da renda como ocorre em todas as pesquisas baseadas na declaração do entrevistado. Árias (1999), por exemplo, trabalhou com uma renda imputada, baseada em estimativas de omissão de declaração de renda e de rendimentos de capital, a partir das Contas Nacionais calculadas pelo IBGE e pela Cepal. Os resultados que obteve mostram uma proporção de pobres e indigentes menor que os demais trabalhos que não fizeram essas imputações. Essa é uma indicação de que os níveis de pobreza e indigência podem ser superestimados se não se fizerem correções nos dados originais de rendas declaradas nas PNADs.

Essas razões, a nosso ver, explicam grande parte das discrepâncias nas estimativas do número de pessoas vulneráveis à fome quando se comparam os resultados das duas metodologias (direta e indireta). Infelizmente, a única fonte de dados que permite fazer uma comparação entre o método de estimativa direta com a indireta é o ENDEF, de 1974/75. Lustosa & Figueiredo (1990) fizeram esta comparação combinando as pessoas com TACE <100% e pessoas com despesa global abaixo de um determinado valor. Segundo os autores, “as disparidades observadas parecem indicar que, neste conjunto de observações, a inadequação alimentar dá-se, em larga medida, independentemente do nível de despesas familiar” (p. 369).

No Quadro 2 são apresentados os principais métodos diretos e indiretos anteriormente analisados, com uma breve avaliação de suas vantagens e desvantagens.

**Quadro 2**  
**Comparação de Alguns Métodos Diretos e Indiretos para Mensuração da Fome, Pobreza e Desnutrição no Brasil**

Método	Vantagens	Desvantagens	Dados mais recentes	Parâmetros ideais/recomendados	Fonte
<b>Métodos Diretos</b>					
Taxa de Adequação Energética (TACE<100%)	Medição mais apropriada para o problema da fome	– exige pesquisa extensa e cara – dados desatualizados	42% da população em 1974/75	0% com TAE < 100%	Lustosa & Figueiredo (1990)
Mulheres com baixo IMC	Medição direta do efeito da fome	– pesquisa desatualizada – mede o efeito da fome após sua manifestação – não considera a forma de acesso da população à alimentação (pode ser por doação, lixo, etc)	6,2% da mulheres em idade fértil em 1996	3 a 5% da população total é considerado normal	Monteiro (1997)
Crianças com retardo no crescimento	Medição direta da desnutrição	– causas da desnutrição infantil são múltiplas e são mais relacionadas com pobreza do que exclusivamente com a fome	10,4% das crianças em 1996	2-3% das crianças de um país	Monteiro (1997)
<b>Métodos Indiretos</b>					
% da população com renda familiar per capita <1/4 sm(R\$ 46,15 em setembro de 1999)	Medição mais prática e transparente	– valor do sm não é uma medida adequada das necessidades básicas da população – mesma linha para o país	18,1% da população em 1999		Hoffmann (2001)
% da população com renda < US\$ 1,00 por dia	Permite comparações internacionais diretas	– não leva em consideração a diferença de custo de vida entre países e dentro do país – taxa de câmbio pode ter grande variação ao longo do tempo	5,1% da população em 1997		Banco Mundial (2000)

Continua...

Continuação

Método	Vantagens	Desvantagens	Dados mais recentes	Parâmetros ideais/recomendados	Fonte
<b>% da população com renda menor que Linha de Indigência</b>					
Linha de indigência da Cepal		– valor não atualizado (fonte dos dados é o Endef de 1974/75) – diferença da LI entre áreas rurais e metropolitanas únicas e arbitrárias (25%)	1990: 31.679.095 pessoas ou 21,94% da população		IPEA/Mapa da Fome
Linha de indigência do IBGE, IPEA e Cepal	Estudo bastante detalhado, buscando suprir as deficiências dos demais métodos	– valor não atualizado. Para áreas urbanas e rurais foi calculada a média simples da cesta do Endef (de 1974) com a cesta metropolitana calculada com base da POF 1987/88	1997: 13% da população		Árias (1999b)
Linha de Indigência do Ipea (em 1999 varia de R\$ 20,37 – Centro-Oeste rural a R\$ 41,86-RMRJ)	Série histórica longa, bastante detalhada, sendo referência nacional para os estudos de pobreza	–utiliza a mesma estrutura de consumo regional entre áreas urbanas e rurais do Endef de 1974/75.	1999: 13,6 milhões ou 8,7% da população		Sônia Rocha (2000a, 2000b)
Linha de Indigência da PUC-RJ, Banco Mundial e FGV (em 1999, R\$ 75,00)	Utilizaram dados mais atuais para estrutura regional de consumo	– utilizam a PPV, que teve baixa abrangência amostral (só regiões Nordeste e Sudeste e só 5.000 domicílios) e questionários e metodologias com restrições.	1999: 29% da população		Ferreira, Lanjouw & Néri (2000) e Camargo & Ferreira (1999)

Na Tabela 4, comparam-se as estimativas obtidas nos quatro estudos mais recentes. Verifica-se que as de Rocha são sempre as menores, tendo os valores de Árias e Hoffmann como intermediários, e os valores de Ferreira et al. como os mais elevados.

Tabela 4  
Estimativas de indigência segundo autores selecionados – Brasil 1990/99

Anos e Áreas	Hoffmann (2001) <sup>a</sup>	Rocha (2000) <sup>b</sup>	Arias (1999)	Ferreira et al. (2000)
1990 – Total		17,4	23,4	
Metropolitana		11,7	13,4	
Urbana não metrop.		13,5	19,2	
Rural		33,3	47,3	
1993 – Total	24,7	16,1	20,2	
Urb. Metropolitana	13,8	12,1	12,9	
Urbana não metrop.	21,2	12,9	16,5	
Rural	49,6	30,0	39,3	
1995 – Total	17,9	10,4	15,5	
Metropolitana	8,2	7,1	7,9	
Urbana não metrop.	14,8	8,5	12,7	
Rural	40,1	20,3	33,7	
1996 – Total	18,9	10,2	13,9	22,6
Metropolitana	8,8	6,8	7,1	7,47 a 10,07 <sup>(c)</sup>
Urbana não metrop.	16,0	8,3	11,3	10,22 a 30,82 <sup>(d)</sup>
Rural	42,1	20,3	30,8	52,0
1997 – Total	18,6	9,4	13,0	
Metropolitana	9,2	6,6	6,7	
Urbana não metrop.	15,4	7,6	10,4	
Rural	41,5	18,6	29,8	
1998 – Total	18,1	9,1		
Metropolitana	9,4	7,0		
Urbana não metrop.	14,8	7,3		
Rural	40,2	17,0		
1999 – Total	18,1	8,7		29,0
Metropolitana	10,1	7,1		
Urbana não metrop.	15,1	7,3		
Rural	38,5	15,3		

<sup>(a)</sup> LI = renda familiar per capita igual ou inferior a 1/4 sm de agosto de 1980.

<sup>(b)</sup> Dados cedidos pela autora, que são utilizados para o cálculo das LP em Rocha (2000).

<sup>(c)</sup> Proporção de indigentes para Região Metropolitana Central (7,47%) e metropolitana periférica (10,07%).

<sup>(d)</sup> Proporção de indigentes para áreas urbanas de grandes cidades (10,22%) e pequenas cidades (30,82%).

Infelizmente, as estimativas de Arias e de Ferreira et al. (2000) não estão atualizadas para o ano mais recente da PNAD (1999), nem se pode fazê-lo simplesmente com a atualização monetária do valor das cestas. As estimativas de Hoffmann têm por desvantagem a utilização de uma linha de pobreza única, como já argumentamos anteriormente. A utilização de valores de cesta básica diferenciados por regiões visa evitar o dimensionamento da população carente a partir de um único valor monetário para o Brasil, não considerando as diferenças regionais de custos de vida. A principal crítica deste método, levantada por Rocha (1996), é que a adoção de uma linha única tende a subestimar a pobreza nas áreas metropolitanas e a superestimar a pobreza nas áreas rurais.

### **3 Uma proposta metodológica para delimitação da população vulnerável à fome a partir dos dados das PNADs**

#### **3.1 Linha de Pobreza (LP) adotada**

Conforme abordado anteriormente, a definição desta linha envolve certas arbitrariedades. Optou-se por utilizar como base neste trabalho o valor da renda familiar per capita de US\$ 1,00 por dia.

Esse valor foi empregado originalmente pelo Banco Mundial no “*Relatório do Desenvolvimento Mundial de 1990: Pobreza*” e teve como base os preços internacionais de 1985, ajustados para moedas locais pela PPP (paridade do poder de compra), que leva em consideração os preços locais de bens e serviços, especialmente aqueles não comercializados internacionalmente. A LP de US\$ 1,00 foi considerada como a linha de pobreza extrema, por ser representativa da linha de pobreza encontrada entre os países mais pobres do mundo, em 1985. Em 1993 o Banco Mundial estimou novamente os valores da PPP e obteve um valor de US\$ 1,08 para a linha de pobreza, que é o equivalente ao US\$ 1,00 com base na PPP de 1985. Segundo o Banco Mundial, a linha de US\$ 1,08 é equivalente à linha de pobreza esperada para o país mais pobre de uma amostra de 33 países selecionados em função de disponibilidade das informações requeridas, a maioria deles da Ásia e África (Chen & Ravallion, 2000).

Os principais problemas desta metodologia, apontados pelo próprio Banco Mundial,<sup>12</sup> são a utilização de uma única linha de pobreza sem considerar as diferenças de custos de vida entre áreas urbanas e rurais e entre as regiões dos países e a não-quantificação do autoconsumo alimentar, além das doações alimentares e de outros bens em espécie recebidas pelas famílias pobres.

---

(12) Conforme Metodologia presente no World Development Indicators (2000: 65).

Procurando contornar estes problemas, adotamos neste trabalho uma regionalização da linha de pobreza de US\$ 1,08 per capita, convertido pelo câmbio do dólar diário médio de setembro de 1999. A área rural do Nordeste foi formada como base (R\$ 62,29),<sup>13</sup> acrescentando-se para as demais regiões, os diferenciais dos custos de vida distintos para as áreas metropolitana, urbana não-metropolitana e rural, de acordo com os procedimentos relatados a seguir.

Como vimos anteriormente, a última pesquisa que considerou o custo de vida em todas as áreas do país foi o Endef, de 1974/75, considerado já desatualizado por diversos autores, que acreditam que as diferenças na estrutura de consumo entre famílias rurais, urbanas e metropolitanas diminuiu bastante neste período. A comissão mista IBGE, Cepal e Ipea fez a regionalização a partir da média aritmética entre o valor da cesta básica calculado pelo Endef, com valores monetários atualizados, e a cesta calculada em cima dos dados da POF de 1987/88, para as regiões metropolitanas (Árias, 1999). Ferreira, Lanjouw & Néri (2000) utilizaram os dados da PPV de 1996, que é a pesquisa mais recente realizada tanto nas áreas rurais como urbanas, com a desvantagem de ter sido realizada apenas no Nordeste e no Sudeste.

Neste trabalho, optou-se por utilizar a regionalização dos custos de vida calculados por Ferreira, Lanjouw & Néri (2000), com base na PPV de 1996. A partir dos índices de preços calculados por esses autores (ver Tabela 5),<sup>14</sup> verifica-se que a média dos custos de vida das áreas metropolitanas na região Sudeste é cerca de 10% superior às demais áreas urbanas e rurais do país, sendo que as áreas rurais não se diferenciam muito das áreas urbanas não metropolitanas. Isto reflete o fato de que, nas cidades pequenas e médias do Sudeste, a população rural compra a maior parte dos bens de consumo correntes nas cidades mais próximas.<sup>15</sup> Já no Nordeste, os índices de custo de vida entre áreas metropolitanas e urbanas não metropolitanas são semelhantes, mas são cerca de 15 a 16% superiores aos das áreas rurais, indicando que a integração entre áreas rurais e urbanas é menor.

Os autores citados calcularam índices de preços relativos regionais com base nos dados de despesa alimentar (preços e quantidades) e não alimentar

---

(13) Cálculo: R\$ 1,8926/1US\$ x 1,08 = R\$ 2,05

R\$ 2,05 x 365/12 meses = R\$ 62,29 (renda familiar per capita mensal) do NE rural.

(14) Baseado nos dados de Ferreira, Lanjouw & Néri (2000), conforme Tabela 5. Para comparação entre áreas metropolitanas, urbanas não metropolitanas e rurais na região Nordeste, utilizou-se o Índice com base em Recife (I-), tirando-se a média ponderada dos índices das três regiões metropolitanas a partir da população em cada região metropolitana estimada pela PNAD de 1996. O mesmo procedeu-se para a região Sudeste, mas utilizando-se o Índice com base em São Paulo (I+).

(15) Indicações a esse respeito podem ser encontradas no trabalho de Cunha (2001), especialmente elaborado para o Projeto Fome Zero.

(composta basicamente pelos gastos com habitação), a partir da média do 2º ao 5º decil das famílias. Considerou-se dois índices: um com base nos preços e quantidades de São Paulo (I+) e outro com base dos preços e quantidades de Recife (I-).

Tabela 5  
Índices de Preços Regionais baseados nas cestas de consumo das Regiões Metropolitanas (RM) de Recife e de São Paulo, 1996

<b>Região da PPV</b>	<b>I- (baseado na cesta de Recife)</b>	<b>I+ (baseado na cesta de São Paulo)</b>
RM Fortaleza	1,004451	1,014087
RM Recife	1,000000	1,072469
RM Salvador	1,234505	1,179934
Nordeste Urbano	1,085385	1,032056
Nordeste Rural	0,931643	0,953879
RM Belo Horizonte	1,043125	0,958839
RM Rio de Janeiro	1,094239	1,002163
RM São Paulo	1,120113	1,000000
Sudeste Urbano	0,995397	0,904720
Sudeste Rural	0,985787	0,889700

Fonte: Ferreira, Lanjouw & Néri (2000).

Observa-se que, no Índice com base no Recife, a área com menor custo de vida é o Nordeste Rural, e no Índice com base em São Paulo, a área com menor custo de vida é o Sudeste Rural. Optou-se por tomar o Nordeste como base, por considerá-la a região mais pobre do país, utilizando-se o Índice com base no Recife (I-) para regionalização da LP.

Para solucionar a ausência de dados para as demais regiões brasileiras, procedeu-se da seguinte forma:

- Para região Norte: adotamos o mesmo índice da região Nordeste, sendo que, para a região metropolitana, foi calculada uma média ponderada com base na população de cada região metropolitana (Fortaleza, Recife e Salvador);
- Para regiões Centro-Oeste e Sul: adotamos o mesmo índice da região Sudeste, sendo que, para as regiões metropolitanas, foi calculada uma média ponderada com base na população de cada região metropolitana do Sudeste (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo).

Os resultados obtidos com a regionalização da Linha de Pobreza, estão apresentados na Tabela 6.

Tabela 6  
Linha de pobreza baseada na renda média familiar per capita de US\$ 1,08 diários: Brasil, 1999  
Base: Nordeste Rural

Regiões	Índice de Preços Relativos baseado na PPV	LP em US\$ por dia	LP em R\$ mensais <sup>(a)</sup>
<b>Norte</b>			
Metropolitano			
Belém	1,1567032	1,25	72,05
Urbano	1,1650224	1,26	72,57
Rural <sup>(b)</sup>	1,1650224	1,26	72,57
<b>Nordeste</b>			
Metropolitano			
Fortaleza	1,078150	1,16	67,16
Recife	1,073373	1,16	66,86
Salvador	1,325084	1,43	82,54
Urbano	1,165022	1,26	72,57
<b>Rural</b>	<b>1,000000</b>	<b>1,08</b>	<b>62,29</b>
<b>Sudeste</b>			
Metropolitano			
Belo Horizonte	1,119662	1,21	69,74
Rio de Janeiro	1,174526	1,27	73,16
São Paulo	1,202299	1,30	74,89
Urbano	1,068432	1,15	66,55
Rural	1,058117	1,14	65,91
<b>Sul</b>			
Metropolitano			
Curitiba	1,1827624	1,28	73,67
Porto Alegre	1,1827624	1,28	73,67
Urbano	1,0684318	1,15	66,55
Rural	1,0581167	1,14	65,91
<b>Centro-Oeste</b>			
Brasília			
Brasília	1,1827624	1,28	73,67
Urbano	1,0684318	1,15	66,55
Rural	1,0581167	1,14	65,91

<sup>(a)</sup> Conversão de US\$ 1,08 com base do câmbio médio de setembro de 1999 (R\$ 1,8926/US\$).

<sup>(b)</sup> Refere-se ao estado de Tocantins.

Fonte: Ferreira, Lanjouw & Néri (2000) e Tabulações Especiais da PNAD.

A Tabela 1A do Anexo compara a LP por nós obtida com as calculadas por Rocha (2000) para o mesmo ano. Verifica-se que a LP aqui considerada situa-se

sempre acima da Linha de Indigência (LI) da autora, que tem como base de cálculo o valor de cestas básicas alimentares regionalizadas. Mas, comparando-se com as LP do mesmo estudo, a LP aqui utilizada situa-se sempre acima no caso das áreas rurais, mas abaixo no caso das áreas metropolitanas. Esse resultado mostra que a metodologia aqui adotada confirma que houve uma maior aproximação dos custos de vida e hábitos alimentares entre as diferentes áreas de residência.<sup>16</sup>

### **3.2 Estimativa das famílias pobres**

Antes de comparar as rendas médias per capita das famílias com as linhas de pobreza da Tabela 6 procedeu-se ainda a duas imputações nas PNADs: acrescentou-se o valor do autoconsumo para as famílias agrícolas e descontou-se o aluguel e/ou o valor da prestação da casa própria, conforme os procedimentos descritos a seguir.

#### **a) Estimativa do autoconsumo alimentar**

O autoconsumo das famílias agrícolas é um item importante da renda e principalmente do fornecimento de nutrientes, de difícil mensuração. A forma mais comum é estimá-la indiretamente como proporção do valor da produção agropecuária que não foi “vendida”, calculado a partir da diferença do valor da produção agropecuária e da renda auferida. O problema deste método é que engloba, tanto o autoconsumo alimentar, como o autoconsumo produtivo, ou seja, aquela parcela da produção destinada à alimentação animal e insumos intermediários (adubo e sementes), mais as perdas na produção. Além disso, valora o autoconsumo tendo como base o preço que seria obtido se toda a produção consumida fosse vendida e não o que representaria efetivamente o “valor economizado”, caso parte desse produto fosse comprado para ser consumido.<sup>17</sup>

Um exemplo de aplicação deste método pode ser desenvolvido com base nos dados do Censo Agropecuário, tomando-se o valor da produção animal e vegetal dos estabelecimentos menos as receitas da venda de produtos vegetais,

---

(16) Para uma discussão mais ampla e detalhada das informações das novas relações entre áreas urbana e rurais no país, veja-se Campanhola & Graziano da Silva (2000) e/ou as pesquisas mais recentes do Projeto Urbano <[www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html](http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html)>.

(17) É o caso da pesquisa INCRA/FAO intitulada *O Novo Retrato da Agricultura Familiar*, que chamam de autoconsumo a diferença entre a renda total e a renda monetária auferida na propriedade. Os dados encontrados (que se referem ao Censo Agropecuário de 1995/96) para os estabelecimentos familiares são (ver página 21): NE 39,9%; CO: 25,3%; N: 33,3%; SE: 29,3% e S: 35,6% – média Brasil: 34,8%. Para a média Brasil dos patronais encontramos 14,1%. Ainda, quando se divide os estabelecimentos familiares em categorias (A, B, C e D), a participação do autoconsumo ultrapassa os 50% em algumas categorias.

animais e da indústria rural. A diferença entre o que foi produzido e o que foi vendido seria o autoconsumo (que inclui os insumos próprios, sementes, animais que ficam para reproduzir, etc, além do consumo doméstico propriamente dito).

Para os dados de 1995/96, excetuando-se o cálculo de produção industrial, obtivemos um valor para o Brasil de 9,6%, variando de -9,5% no Distrito Federal a 36,3% no Estado de Amazonas. Estas diferenças devem-se ao fato de que, em alguns estados, como São Paulo, Mato Grosso e Distrito Federal, existem receitas não computadas, obtidas provavelmente do processamento agropecuário. Como esta renda proveniente da transformação agroindustrial não está computada no valor da produção, o resultado é negativo.

Dois estudos realizados em assentamentos rurais no Estado de São Paulo buscaram quantificar diretamente o autoconsumo, por meio de pesquisas periódicas juntos às famílias para estimar as quantidades produzidas na propriedade e efetivamente consumidas como alimentação.

Norder (1997) calculou o autoconsumo de 42 famílias do projeto de assentamento Fazenda Reunidas, em Promissão, na Região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo.<sup>18</sup> A renda total das famílias entrevistadas era de 4,53 salários mínimos (sm), com número médio de 5,4 moradores por família, resultando em renda média per capita de 0,83 sm. Em um primeiro momento, o autoconsumo foi valorado em termos nutricionais. Calculou-se a quantidade de nutrientes que representava cada alimento advindo do autoconsumo e comparou-se ao consumo total. As proporções de autoconsumo em termos nutricionais foram de 46,03% para proteínas; 69,72% para cálcio; 52,40% para fósforo; 41,48% para ferro; 63,26% para vit. A; 48,54% para vit. B1; 65,93% para vit. B2 e 80,64% para vit. C. Em um segundo momento, foi feita a valoração destes nutrientes multiplicando-se pelos preços levantados no varejo local (e não pelo preço que o produtor obteria de vendesse a sua produção no mercado, pois há diferenças de qualidade, padronização, etc). O valor calculado do autoconsumo foi de 0,14 sm/per capita. Comparando-se com a renda total, chega-se à proporção de  $0,14/0,83 = 17\%$  da renda familiar. Comparando-se com a renda advinda da produção agrícola, tem-se a relação de  $0,14/0,58 = 24\%$  da renda agrícola.

A outra pesquisa recente é do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), que levantou 70 famílias a partir de uma amostra de todos os projetos de assentamentos no Estado de São Paulo. O levantamento foi feito a partir de entrevistas realizadas entre maio de 1999 e abril de 2000, onde perguntou-se, durante uma semana por mês, nos 12 meses, tudo o que havia sido consumido pelas famílias. O autoconsumo foi convertido em valores monetários, pelos preços

---

(18) Este projeto de assentamento foi implantado em 1989/90, e é o mais populoso do Estado de São Paulo, com cerca de 635 famílias, com área entre 18 a 19,2 ha (Norder, 1997).

vigentes nos mercadinhos e supermercados mais próximos do assentamento. O valor calculado para o autoconsumo foi de R\$ 402,12 anual per capita ou R\$33,51 mensais. Infelizmente, este trabalho não levantou a renda total ou agrícola das famílias, não sendo possível obter a proporção do autoconsumo em relação à renda familiar.<sup>19</sup>

As PNADs fornecem duas indicações distintas do autoconsumo das famílias agrícolas:

- a) as pessoas que se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas para o consumo próprio;
- b) a proporção da alimentação consumida proveniente da produção agropecuária desenvolvida no empreendimento que a pessoa (empregador ou conta-própria) explora: se até 50% da alimentação total consumida ou mais de 50%.<sup>20</sup>

Tabulações especiais realizadas pelo Projeto Rurbano (ver Tabela 7), mostraram que apenas 13,5% do total de famílias do país em 1999 tinham uma dessas duas indicações de autoconsumo. Mas esta proporção varia muito segundo o tipo de família considerada. Obviamente, as famílias de conta-própria agrícolas chegaram a apresentar uma incidência de autoconsumo de mais de 90%.

Em função disso, decidiu-se proceder a uma correção na renda das famílias agrícolas que declararam alguma forma de autoconsumo, da seguinte forma:

- a) Para as famílias de empregadores e de conta-própria agrícolas<sup>21</sup> com declaração de autoconsumo:
  - $Rt+(Rt* 0,5* 0,25)$ , se a parcela da alimentação retirada produção agrícola consumida foi até 50% da alimentação total consumida; e
  - $Rt+(Rt*0,5*0,75)$  se a parcela da alimentação obtida da produção agrícola foi maior que 50% da alimentação total consumida.

Sendo:  $Rt$  = renda total familiar, somando-se todas as fontes declaradas; 0,5 é o coeficiente de Engel, que é uma aproximação da proporção da renda familiar gasta com alimentação,<sup>22</sup> e 0,25 e 0,75 referem-se ao

---

(19) Estimativas feitas com os dados da PNAD indicam que este valor (R\$33,51), multiplicado pelo número médio de pessoas nas famílias da pesquisa do Itesp (de 5 pessoas), representa 24,1% da renda das famílias de conta-própria agrícola com residência rural agropecuária do Estado de São Paulo em 1999 (renda total familiar = R\$ 695,22).

(20) Questões 27 e 28 do Manual do Recenseador das PNADs (1995: 196-197).

(21) Ver metodologia para definição da tipologia de famílias, segundo tipo e atividade, mais adiante.

(22) Cogitou-se utilizar a proporção do gasto com alimentação das famílias com renda até 2 salários mínimos da POF de 1995/96, que é de 36%. Mas como essa proporção refere-se à famílias das regiões metropolitanas, onde sabidamente os gastos não alimentares (como aluguel e transportes, por exemplo) têm um peso maior na renda das famílias de menor renda, optou-se por utilizar o coeficiente de Engel de 0,5 para todos eles.

ponto médio dos intervalos perguntado pelas PNADs (0 a 50% e mais de 50%) como proporção do autoconsumo na alimentação.

b) Para as famílias de empregados com pessoas dedicadas exclusivamente à produção de autoconsumo:

$$- R_t + (R_t * 0,5 * n_a / N)$$

Onde:  $n_a$  = número de trabalhadores na família dedicados exclusivamente à produção para o autoconsumo; e  $N$  = número total de pessoas da família

Esta correção equivale a considerar que cada pessoa dedicada exclusivamente ao autoconsumo “economiza” pelo menos uma parcela igual à renda média per capita da família, independentemente de poder contribuir ou não com outras rendas (caso, por exemplo, dos aposentados).

Os resultados apresentados na Tabela 7, mostram que a maior proporção verificada foi de 19,1% do autoconsumo na renda familiar das famílias de conta-própria agrícolas, seguidas pelas famílias de empregadores agrícolas com até dois empregados (18,0%), demonstrando que o autoconsumo é importante para o grupo que se denomina de agricultura familiar segundo os critérios adotados para enquadramento no PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar). Mas na média geral, a proporção do autoconsumo representa apenas 1,2% da renda declarada de todas as famílias brasileiras, embora represente uma proporção de 17,2% da renda de todas as famílias de conta-própria agrícolas.

Tabela 7  
Famílias com e sem autoconsumo alimentar, segundo tipo de famílias – Brasil, 1999

Tipos de famílias	Total de Famílias (em 1.000)	Famílias sem autoconsumo		Famílias com algum tipo de autoconsumo			Renda média do autoconsumo familiar		Renda média familiar corrigida (R\$)	Total das Famílias		
		Em 1.000	Renda média familiar (R\$)	Em 1.000	Renda média familiar (R\$)	% de famílias com autoconsumo	R\$	% da renda das famílias com autoconsumo		Renda média de todas as famílias sem correção (R\$)	Renda média do autoconsumo (R\$)	% autoconsumo da renda declarada
Total das famílias	41.862	36.224	1.018	5.637	492	13,5	85	17,2	577	947	11	1,2
<b>Empregador com 3 ou + empregados</b>	1.184	1.109	3.798	75	3.285	6,3	462	14,1	3.747	3.766	29	0,8
Agrícola	36	7	3.299	28	2.819	79,6	421	14,9	3.240	2.917	335	11,5
Pluriativo	70	35	4.451	35	3.986	50,5	546	13,7	4.531	4.216	276	6,5
Não-Agrícola	1.078	1.067	3.781	11	2.213	1,0	294	13,3	2.508	3.765	3	0,1
<b>Empregador com até 2 empregados</b>	1.234	923	1.963	311	1.278	25,2	204	16,0	1.483	1.790	51	2,9
Agrícola	186	23	1.845	163	1.066	87,7	192	18,0	1.258	1.162	168	14,5
Pluriativo	188	57	2.266	131	1.564	69,6	226	14,5	1.790	1.778	157	8,9
Não-Agrícola	859	843	1.945	17	1.112	1,9	153	13,8	1.265	1.929	3	0,2
Conta-Própria	13.276	9.596	1.045	3.681	417	27,7	73	17,5	490	871	20	2,3
Agrícola	2.349	192	397	2.157	327	91,8	63	<b>19,1</b>	390	333	57	17,3
Pluriativo	1.754	440	636	1.314	540	74,9	89	16,4	628	564	66	11,8
Não-Agrícola	9.174	8.964	1.079	210	578	2,3	80	13,8	658	1.067	2	0,2
Empregados	20.351	19.313	931	1.038	434	5,1	63	14,6	497	906	3	0,4
Agrícola	2.008	1.615	295	392	270	19,5	41	15,1	311	290	8	2,7
Pluriativo	990	818	583	172	406	17,4	51	12,5	457	552	9	1,6
Não-Agrícola	17.353	16.879	1.009	473	580	2,7	86	14,9	667	997	2	0,2
Não Ocupados	5.817	5.285	541	533	271	9,2	85	31,3	356	516	8	1,5

Obs: Refere-se a famílias em domicílios particulares permanentes. Exclui famílias sem declaração de renda.

Fonte: Tabulações especiais da PNAD-1999 realizadas pelo Projeto Rurbano (jun. 2001).

## **b) Desconto do aluguel e da prestação da casa própria**

Diversos estudos sobre distribuição de renda e pobreza no Brasil, como de Fishlow (1972), Árias (1999b) e Ferreira, Lanjouw & Neri (2000) imputaram um rendimento aos indivíduos que declararam possuir casa própria, que seria equivalente ao aluguel “economizado”.

No nosso caso, optou-se por descontar o valor do aluguel e da prestação da casa própria da renda das famílias que declaram ter estas despesas, de modo a obter a **“renda disponível para as despesas variáveis”**, entre as quais o gasto com alimentação. Esta correção é particularmente interessante no nosso caso, que objetiva estimar a população abaixo da linha de pobreza vulnerável à fome, pois além de corrigir a desigualdade inerente às famílias que têm e não têm casa própria, permite também compreender os maiores gastos com aluguel das regiões metropolitanas e urbanas não-metropolitanas.<sup>23</sup>

O procedimento adotado foi o seguinte: após a imputação do autoconsumo, descontou-se o valor do aluguel e da prestação de casa própria pagos em setembro de 1999 da renda das famílias que declararam estas despesas (ver Tabela 3A do Anexo). Vale dizer que estas são as únicas “despesas fixas” levantadas pelas PNADs.

A partir das LP da Tabela 6 e do rendimento familiar per capita com a correção do autoconsumo e desconto do aluguel e da prestação da casa própria, calculou-se o número de famílias e respectivas pessoas pobres a partir dos microdados da PNAD 1999, adotando-se a tipologia do Projeto Rurbano, que utiliza o conceito da família extensa: todas as pessoas que vivem sob o mesmo teto, mesmo que tenham constituído outra família (marido, mulher e filhos) e os agregados, excluindo-se apenas as empregadas domésticas que residem no local de trabalho e os pensionistas. No conceito da PNAD, filha ou filho que mora com os pais, mas que tenham família constituída, são considerados como duas famílias separadas. Como estes, normalmente, dividem as despesas domésticas e alimentares, considerou-se mais apropriado agregá-los pelo conceito de família extensa. As empregadas domésticas e seus filhos que moram no local de trabalho e

---

(23) Seria prudente estabelecer um teto para o desconto do aluguel e da prestação da casa própria. Isso porque é possível, em alguns casos, obter-se até mesmo um valor negativo naquele mês, no caso de desempregados, por exemplo, ou devido à subdeclaração da renda.

os pensionistas não foram consideradas no cálculo, por não caracterizá-los como “famílias”.

As famílias extensas foram classificadas em: de empregadores (com a divisão de até 2 empregados permanentes e com 3 ou mais empregados permanentes); de conta-própria (sem contrato de trabalhadores); de empregados; e de não ocupados, conforme classificação da posição da ocupação, respeitada a seguinte ordem hierárquica: se pelo menos um membro da família é classificado como empregador, a família também é classificada como empregadora. Caso não haja nenhum empregador, mas tenha pelo menos um trabalhando por conta-própria, a família é considerada como de conta-própria; caso não haja também nenhuma conta-própria, a família é classificada como de empregados; e caso não haja nenhuma das opções anteriores, é classificada como de não ocupados.

A partir desta classificação, as famílias ainda foram subdivididas em agrícolas, pluriativas e não-agrícolas de acordo como tipo de atividade realizada por seus membros. Caso todos os membros da família estivessem ocupados em atividades agrícolas, a família foi classificada como agrícola; caso houvesse membros agrícolas e não agrícolas, foi considerada pluriativa, e caso todos os membros estivessem ocupados em atividades não-agrícolas, a família foi classificada como não-agrícola. Foram, ainda, excluídos dos pobres as famílias de empregadores por considerar que, se alguém na família pode ter empregados permanentes (não domésticos), é um indicativo de um nível de renda incompatível com sua classificação no grupo de pobres. O fato da renda registrada destas famílias pela PNAD ser baixa deve-se mais provavelmente à erros de subdeclaração. Estas famílias (cerca de 70 mil) foram incluídas no conjunto de famílias não-pobres.

Como a PNAD não levanta dados da população rural da região Norte (só para o estado de Tocantins), foi realizada uma estimativa desta população, tendo por base a proporção da população rural em cada estado obtida no Censo Demográfico de 2000<sup>24</sup> da população urbana corrigida (população sem empregadas domésticas e pensionistas). Sobre esta população rural total estimada, foi aplicada a mesma proporção de pobres da área urbana em cada estado da região Norte, exceto Tocantins.

---

(24) Esse procedimento tende a subestimar a população rural de 1999, pois uma parte das áreas rurais das PNADs de 1992 a 1999 foram reclassificadas como urbanas no Censo Demográfico de 2000. Ver a respeito, Del Grossi (2001).

#### **4 Análise dos resultados**

Os resultados obtidos, segundo as regiões do Brasil, estão apresentados nas Tabelas 8 (com renda familiar total sem a correção do autoconsumo), 9 (com renda familiar total com a correção do autoconsumo) e 10 (com renda disponível e com correção do autoconsumo). A comparação destas três tabelas permite avaliar o impacto de cada passo metodológico no número de famílias pobres.

Comparando-se as Tabelas 8 e 9, verifica-se que a inclusão do autoconsumo provocou a saída de apenas 314 mil famílias e 1.397 milhões de pessoas do conjunto de pobres. Das famílias excluídas pela correção do autoconsumo, 57% (ou 179 mil) eram residentes rurais na região Nordeste, a região de maior concentração de pobres do país. Chama a atenção, também, que apenas 14% das famílias pobres excluídas, quando se agrega a correção do autoconsumo, eram residentes no Sul, região onde se destaca a presença da agricultura familiar.

A Tabela 10 apresenta os dados de pobres e não-pobres segundo a renda disponível (descontando os gastos com aluguel e prestação de casa própria). Além disso, inclui a estimativa de pessoas da regiões Norte rural. A estimativa de pobres dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amazonas totalizou 914 mil pessoas e 172 mil famílias. O valor do estado de Tocantins, calculado segundo a mesma metodologia dos outros estados foi mantido na tabela, assim como o total do Brasil (excluindo a estimativa dos demais estados), para manter a comparabilidade com a Tabela 9.

Comparando-se os resultados da Tabela 9 com a Tabela 10 (considerando Total para Brasil\*), verifica-se que o desconto do aluguel e prestação da casa própria das famílias somou-se ao conjunto de pobres, 761 mil famílias ou 2,710 milhões de pessoas, representando um aumento de famílias pobres de apenas 1,8%. Este aumento foi maior nas áreas metropolitanas (2,5%, com inclusão de 325 mil famílias) e nas áreas urbanas não metropolitanas (2,0%, com inclusão de 422 mil famílias), se comparado às áreas rurais (0,2%, com inclusão de apenas 15 mil famílias).

Tabela 8  
Estimativa de pobres no Brasil, segundo as regiões, sem correção do autoconsumo: Brasil, 1999

Regiões	Pobres <sup>(a)</sup>			Não-pobres			Total <sup>(b)</sup>		% pessoas pobres	% famílias pobres
	No. pessoas (1.000)	No. famílias (1.000)	Renda média per capita de todos os rendimentos (em R\$)	No. pessoas (1.000)	No. famílias (1.000)	Renda média per capita de todos os rendimentos (em R\$)	No. pessoas (1.000)	No. famílias (1.000)		
<b>Norte</b>	2.908	552	41,77	5.064	1.290	265,32	7.972	1.843	36,5	30,0
Metropolitana	274	54	44,69	668	164	342,71	942	217	29,1	24,6
Urbana não metrop.	2.401	452	42,43	4.222	1.073	257,13	6.623	1.524	36,3	29,6
Rural <sup>(c)</sup>	232	47	31,44	174	54	167,09	407	101	57,1	46,9
<b>Nordeste</b>	22.213	4.491	37,21	22.599	6.487	243,48	44.813	10.978	49,6	40,9
Metropolitana	2.819	589	41,92	5.526	1.563	329,87	8.346	2.152	33,8	27,4
Urbana não metrop.	9.314	1.967	41,16	11.315	3.208	251,40	20.629	5.176	45,2	38,0
Rural	10.080	1.935	32,25	5.758	1.716	144,99	15.837	3.651	63,6	53,0
<b>Sudeste</b>	10.133	2.200	40,76	57.690	16.873	372,01	67.823	19.073	14,9	11,5
Metropolitana	3.680	851	43,32	26.584	7.820	433,28	30.265	8.671	12,2	9,8
Urbana não metrop.	3.913	840	41,23	26.580	7.754	340,48	30.494	8.594	12,8	9,8
Rural	2.539	509	36,31	4.525	1.299	197,25	7.065	1.808	35,9	28,2
<b>Sul</b>	4.248	938	39,35	19.822	6.026	344,64	24.070	6.965	17,6	13,5
Metropolitana	797	186	44,02	4.978	1.537	438,93	5.775	1.723	13,8	10,8
Urbana não metrop.	1.923	427	38,75	11.495	3.507	345,87	13.419	3.935	14,3	10,9
Rural	1.527	325	37,67	3.348	982	200,21	4.876	1.307	31,3	24,9
<b>Centro-Oeste</b>	2.314	523	41,13	8.737	2.553	336,63	11.051	3.076	20,9	17,0
Metropolitana	337	75	46,43	1.590	447	589,14	1.926	522	17,5	14,4
Urbana não metrop.	1.293	294	40,33	6.005	1.738	296,39	7.297	2.032	17,7	14,5
Rural	684	154	40,03	1.143	368	196,89	1.827	522	37,4	29,4
<b>BRASIL</b>	41.816	8.705	38,82	113.913	33.229	334,29	155.729	41.934	26,9	20,8
Metropolitana	7.908	1.754	43,07	39.347	11.531	424,23	47.254	13.285	16,7	13,2
Urbana não metrop.	18.845	3.980	41,03	59.617	17.280	314,27	78.462	21.261	24,0	18,7
Rural	15.063	2.970	33,82	14.949	4.418	177,41	30.012	7.388	50,2	40,2

<sup>(a)</sup> Pobres: renda familiar per capita até US\$ 1,08 por dia

<sup>(b)</sup> Exclui a população sem declaração de renda e empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas.

<sup>(c)</sup> Só Tocantins

Fonte: Tabulações especiais da PNAD (1999) realizadas pelo Projeto Rurbano (jun. 2001).

Tabela 9  
Estimativa de Pobres no Brasil, segundo as Regiões – Com correção de Autoconsumo: Brasil, 1999

Regiões	Pobres <sup>(a)</sup>			Não-pobres			População total <sup>(b)</sup>		% pessoas pobres	% famílias pobres
	No. pessoas (1.000)	No. Famílias (1.000)	Renda média per capita de todos os rendimentos (em R\$)	No. pessoas (1.000)	No. Famílias (1.000)	Renda média per capita de todos os rendimentos (em R\$)	Pessoas (1.000)	Famílias (1.000)		
<b>Norte</b>	2.822	534	41,96	5.150	1.309	264,88	7.972	1.843	35,4	29,0
Metropolitana	273	53	44,69	669	164	342,83	942	217	29,0	24,4
Urbana não metrop.	2.333	438	42,57	4.290	1.087	256,85	6.623	1.524	35,2	28,7
Rural <sup>(c)</sup>	216	43	31,99	190	58	171,64	407	101	53,2	42,6
<b>Nordeste</b>	21.398	4.312	37,93	23.415	6.666	241,43	44.813	10.978	47,7	39,3
Metropolitana	2.809	586	42,03	5.536	1.566	329,78	8.346	2.152	33,7	27,2
Urbana não metrop.	9.151	1.928	41,53	11.478	3.248	251,44	20.629	5.176	44,4	37,2
Rural	9.437	1.799	33,22	6.400	1.852	147,06	15.837	3.651	59,6	49,3
<b>Sudeste</b>	9.922	2.151	40,98	57.901	16.922	372,96	67.823	19.073	14,6	11,3
Metropolitana	3.657	846	43,22	26.608	7.826	433,35	30.265	8.671	12,1	9,8
Urbana não metrop.	3.864	827	41,26	26.629	7.766	341,60	30.494	8.594	12,7	9,6
Rural	2.401	478	37,11	4.664	1.330	207,44	7.065	1.808	34,0	26,4
<b>Sul</b>	4.050	892	39,82	20.020	6.072	349,17	24.070	6.965	16,8	12,8
Metropolitana	787	183	44,09	4.988	1.540	440,10	5.775	1.723	13,6	10,6
Urbana não metrop.	1.890	419	38,77	11.529	3.516	349,12	13.419	3.935	14,1	10,7
Rural	1.373	290	38,83	3.503	1.017	219,84	4.876	1.307	28,2	22,2
<b>Centro-Oeste</b>	2.227	502	41,35	8.824	2.574	338,65	11.051	3.076	20,1	16,3
Metropolitana	334	75	46,43	1.592	447	589,89	1.926	522	17,3	14,3
Urbana não metrop.	1.277	290	40,40	6.021	1.741	298,63	7.297	2.032	17,5	14,3
Rural	616	137	40,54	1.212	385	207,41	1.827	522	33,7	26,2
<b>BRASIL</b>	40.419	8.391	39,34	115.310	33.543	334,67	155.729	41.934	26,0	20,0
Metropolitana	7.861	1.742	43,07	39.394	11.543	424,44	47.254	13.285	16,6	13,1
Urbana não metrop.	18.515	3.902	41,24	59.948	17.358	315,40	78.462	21.261	23,6	18,4
Rural	14.043	2.747	34,74	15.969	4.641	185,53	30.012	7.388	46,8	37,2

<sup>(a)</sup> Pobres: renda familiar per capita até US\$ 1,08 por dia

<sup>(b)</sup> Exclui a população sem declaração de renda e empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas.

<sup>(c)</sup> Só Tocantins

Fonte: Tabulações especiais da PNAD (1999) realizadas pelo Projeto Rurbano (jun. 2001).

A Tabela 3A do Anexo apresenta o peso do aluguel e da prestação da casa própria na renda das famílias, segundo áreas de residência. Como esperado, é nas áreas metropolitanas, seguidas das áreas urbanas não metropolitanas que o peso do gasto de moradia é mais expressivo, consumindo boa parte da renda das famílias. Isto explica porque a correção do aluguel e da prestação da casa própria aumentou o peso relativo da pobreza oriunda das regiões metropolitanas.

Os resultados finais apresentados na Tabela 10, com imputação do autoconsumo e descontando-se o valor do aluguel e prestação da casa própria pagos, indicam um público potencial beneficiário de 44,043 milhões de pessoas, pertencentes a 9,324 milhões de famílias. Esta população pobre representa 21,9% das famílias e 27,8% da população total, sendo 19,1% da população das regiões metropolitanas, 25,5% nas áreas urbanas não metropolitanas e 46,1% da população rural. Em termos absolutos, representam, respectivamente: 9,003 milhões, 20,027 e 15,012 milhões, para cada área de residência. Na Tabela 2A do Anexo, apresenta-se uma comparação dos números calculados por esta metodologia, para cada região, com as pesquisas disponíveis para o mesmo ano.

Pode-se verificar que a população pobre encontra-se espalhada por todos os estados, conforme se verifica na Tabela 5A do Anexo, e possui uma renda média que corresponde a apenas 9,7% da renda dos não-pobres.

Na Tabela 11 estão apresentados os dados das famílias extensas pobres, segundo a tipologia do Projeto Rurbano, comparando-as às famílias não-pobres (ver os valores absolutos no Anexo, Tabela 4A). Desagregando-se as 9,142 milhões de famílias extensas pobres,<sup>25</sup> temos 3,198 milhões de conta-própria (35%), 4,294 milhões de empregados (47%) e 1,650 milhão de não ocupados (18%). Dentre as 7,492 milhões de famílias com pessoas ocupadas, 4,5 milhões são não-agrícolas (60%) e 2,95 milhões (40%) são agrícolas ou pluriativas, sendo que 1,65 milhão delas é de agricultores por conta-própria. Como já vimos anteriormente, esses agricultores familiares têm em sua grande maioria produção para autoconsumo; ou seja, são pobres porque têm uma renda familiar monetária per capita inferior a um dólar por dia, mas é muito provável que não sejam tão vulneráveis à fome como as quase 3 milhões de famílias de empregados não-agrícolas, especialmente aquelas residentes em áreas urbanas.

---

(25) A diferença para com o total de famílias da Tabela 13 deve-se ao fato de que, nas famílias extensas, considera-se apenas as famílias residentes em domicílios particulares permanentes, e a anterior, considera as famílias residentes em todos os domicílios. Além disso, as tabelas a seguir não incluem as populações rurais dos estados do Norte (exceto Tocantins).

Vale a pena também destacar o contingente de 1,65 milhão de famílias pobres, onde nenhum de seus membros estava ocupado na semana da pesquisa. Quase 700 mil (42%) dessas famílias de desocupados têm pelo menos um de seus membros aposentado ou pensionista recebendo pelo menos um salário-mínimo mensal. Mas, o restante – cerca de 1 milhão de famílias constituídas só de desocupados, não têm. Pior: 580 mil dessas famílias tinham pelo menos um de seus membros procurando emprego na semana da pesquisa. Se somamos as outras 237 mil famílias que também possuíam membros procurando emprego na semana de referência, podemos dizer que o desemprego é responsável por praticamente metade das famílias pobres sem pessoas ocupadas levantadas pela PNAD de 1999.

Também é interessante observar a distribuição das famílias pobres segundo as diferentes áreas: das 7,5 milhões de famílias ocupadas, 20% estão nas regiões metropolitanas, 46% nas áreas urbanas não-metropolitanas e 34% nas áreas rurais. Já entre as 1,65 milhão de famílias pobres sem nenhuma pessoa ocupada, 36% residem em áreas metropolitanas, 53% em áreas urbanas não-metropolitanas e apenas 13% em áreas rurais. Uma das possíveis explicações para essa menor proporção das famílias rurais de não-ocupados pobres é o peso crescente da aposentadoria rural na renda dessas famílias. De qualquer modo, a distribuição das famílias pobres indica que elas se concentram nas áreas rurais e nas pequenas e médias cidades do interior (áreas urbanas não-metropolitanas).

Tabela 10  
Estimativa de Pobres no Brasil, segundo as Regiões, com imputação do autoconsumo e desconto do aluguel e prestação da casa própria: Brasil, 1999

Regiões	Pobres <sup>(a)</sup>			Não-pobres			População total <sup>(b)</sup> (1.000)		% pessoas pobres	% famílias pobres
	No. pessoas (1.000)	No. Famílias (1.000)	Renda média disponível per capita (R\$)	No. pessoas (1.000)	No. Famílias (1.000)	Renda média disponível per capita (R\$)	Pessoas	Famílias		
<b>Norte Total</b>	3.813	725	31,43	6.725	1.707	196,74	10.537	2.432	36,2	29,8
Metropolitana	285	57	43,76	657	161	334,24	942	217	30,3	26,1
Urbana não metrop.	2.394	453	41,92	4.225	1.071	253,54	6.619	1.524	36,2	29,7
Rural* <sup>(c)</sup>	219	44	31,91	187	57	171,94	407	101	53,9	43,7
Rural total	1.133	216	40,00	1.843	475	250,17	2.976	691	38,1	31,2
<b>Nordeste</b>	21.873	4.455	37,40	22.919	6.517	237,60	44.793	10.972	48,8	40,6
Metropolitana	2.981	639	40,57	5.361	1.511	324,35	8.343	2.150	35,7	29,7
Urbana não metrop.	9.440	2.013	40,67	11.177	3.159	248,25	20.617	5.172	45,8	38,9
Rural	9.452	1.803	33,14	6.381	1.847	146,05	15.833	3.650	59,7	49,4
<b>Sudeste</b>	11.491	2.583	39,04	56.289	16.480	364,81	67.780	19.062	17,0	13,5
Metropolitana	4.436	1.064	39,74	25.802	7.601	423,07	30.238	8.665	14,7	12,3
Urbana não metrop.	4.632	1.035	39,50	25.845	7.554	335,07	30.477	8.589	15,2	12,1
Rural	2.423	483	36,87	4.642	1.325	206,53	7.065	1.808	34,3	26,7
<b>Sul</b>	4.402	993	38,43	19.661	5.969	341,34	24.062	6.962	18,3	14,3
Metropolitana	897	213	41,10	4.876	1.509	427,72	5.773	1.722	15,5	12,4
Urbana não metrop.	2.122	487	37,30	11.294	3.447	341,90	13.415	3.934	15,8	12,4
Rural	1.383	293	38,43	3.491	1.013	218,88	4.874	1.306	28,4	22,4
<b>Centro-Oeste</b>	2.463	568	39,66	8.587	2.508	332,76	11.050	3.076	22,3	18,5
Metropolitana	403	94	42,72	1.522	428	584,74	1.925	522	21,0	18,0
Urbana não metrop.	1.439	336	38,49	5.859	1.696	293,22	7.297	2.032	19,7	16,5
Rural	621	138	40,39	1.207	384	206,95	1.827	522	34,0	26,5
BRASIL <sup>(c)</sup>	43.129	9.152	38,18	112.525	32.762	344,58	155.653	41.914	27,7	21,8
Metropolitana	9.003	2.067	40,41	38.218	11.210	414,72	47.221	13.277	19,1	15,6
Urbana não metrop.	20.027	4.324	40,03	58.399	16.927	309,68	78.427	21.251	25,5	20,3
Rural	14.098	2.762	34,13	15.907	4.625	176,86	30.006	7.387	47,0	37,4
<b>BRASIL</b>	<b>44.043</b>	<b>9.324</b>	<b>38,34</b>	<b>114.180</b>	<b>33.180</b>	<b>327,67</b>	<b>158.223</b>	<b>42.504</b>	<b>27,8</b>	<b>21,9</b>
<b>Metropolitana</b>	<b>9.003</b>	<b>2.067</b>	<b>40,41</b>	<b>38.218</b>	<b>11.210</b>	<b>414,72</b>	<b>47.221</b>	<b>13.277</b>	<b>19,1</b>	<b>15,6</b>
<b>Urbana não metrop.</b>	<b>20.027</b>	<b>4.324</b>	<b>40,03</b>	<b>58.399</b>	<b>16.927</b>	<b>309,68</b>	<b>78.427</b>	<b>21.251</b>	<b>25,5</b>	<b>20,3</b>
<b>Rural</b>	<b>15.012</b>	<b>2.933</b>	<b>34,60</b>	<b>17.563</b>	<b>5.044</b>	<b>184,60</b>	<b>32.575</b>	<b>7.977</b>	<b>46,1</b>	<b>36,8</b>

<sup>(a)</sup> Pobres: renda média familiar disponível per capita até US\$ 1,08 por dia com imputação do autoconsumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria. <sup>(b)</sup> Exclui a população sem declaração de renda e sem declaração de aluguel ou prestação. Exclui empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas. <sup>(c)</sup> Exclui a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AM. Fonte: Tabulações especiais da PNAD (1999) realizadas pelo Projeto Rurbano (jun. 2001).

Verifica-se, ainda, entre os pobres, uma proporção maior de famílias agrícolas e pluriativas que entre as famílias não-pobres (respectivamente, 22,1% e 10,6%, contra 8,1% e 6,0%). Além disso, a proporção de famílias com todos os membros desocupados é maior também nas famílias pobres (18,1%, contra 12,7% dos não-pobres). Nas áreas metropolitanas 27,2% nas famílias pobres são desocupadas, contra 12,6% nas não-pobres.

Chama atenção também que a maior diferença encontra-se nas famílias sem aposentados. Entre as famílias pobres, a proporção de famílias de desocupados sem aposentados na família é de 10,5%, contra a proporção de apenas 1,1% nas famílias não-pobres. Isso demonstra que a aposentadoria é uma fonte importante de renda para as famílias ultrapassarem a linha de pobreza.

As Tabelas 12 e 13 apresentam algumas características das famílias pobres e não-pobres que estamos trabalhando.

Com relação aos domicílios (Tabela 12), verifica-se que as famílias pobres são mais carentes em termos de infra-estrutura: apenas 56,7% têm acesso à água canalizada a partir de rede de distribuição, e apenas 28,7% declararam ter acesso à rede de esgoto sanitário. Mesmo na área metropolitana, que é melhor suprida em termos de saneamento, a proporção de domicílios de famílias pobres com rede de esgoto é de apenas 59,1%. Entre os não-pobres, as proporções de domicílios com água canalizada e rede esgoto sanitário são de 81,4% e 59,2%, respectivamente. Com relação à coleta de lixo, entre os pobres, apenas 61,6% têm acesso a este serviço, contra 84,9% entre os não-pobres.

Tabela 11  
 Famílias extensas pobres e não-pobres, segundo a tipologia do Projeto Rurbano: Brasil, 1999

Em %

Tipos de Famílias Extensas <sup>(b)</sup>	Pobres <sup>(a)</sup>				Não-pobres			
	Total	Metrop.	Urb.,N. Metrop.	Rural	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural
(em %)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregadora	-	-	-	-	7,4	5,9	8,6	6,6
agrícola	-	-	-	-	0,7	0,1	0,5	3,0
pluriativo	-	-	-	-	0,8	0,1	0,9	2,1
não-agrícola	-	-	-	-	5,9	5,8	7,2	1,4
Conta-Própria	35,0	24,0	30,6	50,1	30,8	26,4	29,7	45,7
agrícola	11,0	0,4	4,0	29,8	4,1	0,2	1,3	24,0
pluriativo	6,8	0,5	4,4	15,4	3,5	0,3	2,7	13,7
não-agrícola	17,1	23,1	22,2	4,8	23,3	25,9	25,7	8,1
Empregada	47,0	48,8	49,1	42,3	49,1	55,1	48,7	35,9
agrícola	11,1	1,2	7,0	25,1	3,3	0,2	2,1	15,4
pluriativo	3,3	0,3	3,1	5,8	1,8	0,2	2,0	5,0
não-agrícola	32,5	47,3	39,0	11,4	43,9	54,7	44,6	15,5
<b>Total de Famílias Ocupadas</b>	<b>81,9</b>	<b>72,8</b>	<b>79,6</b>	<b>92,4</b>	<b>87,3</b>	<b>87,4</b>	<b>86,9</b>	<b>88,2</b>
agrícolas	22,1	1,6	11,0	54,9	8,1	0,5	3,8	42,4
pluriativa	10,1	0,8	7,5	21,2	6,0	0,5	5,7	20,8
não-agrícola	49,7	70,4	61,1	16,2	73,1	86,4	77,4	25,0
<b>Não-Ocupada na semana</b>	<b>18,1</b>	<b>27,2</b>	<b>20,4</b>	<b>7,6</b>	<b>12,7</b>	<b>12,6</b>	<b>13,1</b>	<b>11,8</b>
com apos. e/ou pensionistas	7,5	10,2	9,0	3,0	11,6	11,2	12,0	11,0
sem aposentados	10,5	17,0	11,3	4,5	1,1	1,4	1,1	0,8
<b>Total de famílias extensas (em mil)</b>	<b>9.142</b>	<b>2.065</b>	<b>4.318</b>	<b>2.760</b>	<b>32.699</b>	<b>11.196</b>	<b>16.892</b>	<b>4.611</b>

<sup>(a)</sup> Pobres: renda familiar per capita de pelo menos US\$ 1,08 por dia com imputação do autoconsumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria.

<sup>(b)</sup> Famílias residentes em domicílios particulares permanentes. Exclui a população sem declaração de renda, empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas. Exclui a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AM.

Fonte: Tabulações especiais da PNAD para o Projeto Rurbano (jun. 2001).

Tabela 12  
Domicílios dos pobres e não-pobres, segundo características selecionadas: Brasil, 1999

em %

Características dos Domicílios <sup>(b)</sup>	Pobres <sup>(a)</sup>				Não-pobres			
	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural
Total de Domicílios	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Água canalizada								
sim	56,7	82,6	72,2	12,9	81,4	93,2	90,3	20,1
Não	43,3	17,4	27,8	87,1	18,6	6,8	9,7	79,9
Esgoto sanitário								
Rede coletora e fossa séptica	28,7	59,1	30,7	2,8	59,2	81,5	58,9	6,0
Outros	49,2	36,4	56,8	46,8	36,0	17,7	38,9	69,3
Sem banheiro ou sanitário	22,1	4,5	12,5	50,4	4,8	0,7	2,1	24,6
Destino do Lixo								
Coletado	61,6	90,4	79,8	11,6	84,9	97,0	94,5	20,8
Outras	38,3	9,5	20,1	88,4	14,9	2,9	5,3	78,9
Ignorado	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0
Forma de iluminação								
Energia elétrica	87,3	99,1	96,3	64,3	96,7	99,8	99,1	80,1
Outras formas	12,6	0,8	3,6	35,7	3,1	0,1	0,6	19,6
Ignorado	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0

<sup>(a)</sup> Pobres: renda familiar per capita de pelo menos US\$ 1,08 por dia com imputação do autoconsumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria.

<sup>(b)</sup> Exclui a população sem declaração de renda, empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas. Excluídas as populações rurais de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

Fonte: Tabulações especiais da PNAD (1999) para o Projeto Urbano (jun. 2001).

Em relação às características das famílias (Tabela 13), os dados mostram claramente o efeito da discriminação racial existente no país. Entre os pobres, 64,0% dos chefes de família são de cor parda ou preta, proporção que cai para 36,9% para os não-pobres. Os chefes de família da cor branca são 35,6% do total dos pobres, comparado a 62,3% nas famílias não-pobres. Dados mais discrepantes ainda verificam-se para a educação: entre as famílias pobres, 34,4% dos chefes não têm escolaridade (nunca freqüentaram escola ou não completaram a 1ª série do 1º grau); 24,6% só completaram o 1º ciclo do 1º grau; e 36,3% possuem o 1º grau completo. Somando-se estas três proporções, conclui-se que 95,3% dos chefes dos pobres possuem no máximo o 1º grau completo. Esta proporção, para os não-pobres, é de 74,9 %.

Tabela 13  
Famílias pobres e não-pobres, segundo características selecionadas: Brasil, 1999

Características das Famílias <sup>(b)</sup>	Pobres <sup>(a)</sup>				Não-pobres			
	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural
Total de Famílias	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cor/raça da pessoa de referência								
Branca	35,6	39,3	35,9	32,2	62,3	63,5	63,8	53,8
Parda	55,5	48,7	55,6	60,4	31,3	28,4	30,8	40,4
Preta	8,6	11,5	8,2	7,0	5,6	7,0	4,7	5,3
Amarela	0,2	0,3	0,1	0,1	0,6	0,9	0,5	0,4
Indígena	0,2	0,2	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1
Nível de instrução da pessoa								
Nunca freqüentou escola ou 1ª. Série do 1º. Grau incompleta	34,4	18,5	32,7	49,1	15,7	8,6	14,8	36,4
1º. Ciclo do 1º. Grau	24,6	19,9	24,4	28,3	15,3	11,7	15,5	23,4
2º. Ciclo do 1º. Grau	28,5	38,3	29,7	19,3	30,6	29,7	31,7	29,0
1º grau completo e 2º. Incompleto	7,8	14,1	8,2	2,4	13,3	16,8	13,1	5,1
2º grau completo e superior incompleto	4,1	8,0	4,4	0,7	16,8	21,2	17,1	4,9
Superior completo	0,3	0,8	0,3	0,0	8,1	11,9	7,6	1,0
sem declaração	0,3	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tipo de família								
casal sem filhos	3,8	4,6	3,5	3,6	12,5	11,9	12,1	15,1
casal com todos filhos menos 14 anos	37,5	33,2	35,4	44,1	23,2	22,5	24,1	21,9
1 filho	9,5	9,3	8,9	10,6	10,9	10,9	11,1	10,3
2 filhos	13,2	12,3	13,2	14,0	9,2	8,8	9,7	8,2
3 ou mais filhos	14,8	11,6	13,3	19,5	3,1	2,8	3,3	3,4
mãe com todos filhos menos de 14 anos	5,4	6,9	6,7	2,4	1,9	2,1	2,0	1,1
casal ou mãe com todos filhos de 14 anos ou +	10,3	12,3	11,1	7,5	26,0	27,4	25,7	24,0
casal ou mãe com filhos menos de 14 anos e de 14 anos ou +	37,2	34,7	37,6	38,5	21,8	21,2	22,2	21,6
outros tipos de famílias	5,8	8,3	5,8	3,8	14,6	14,9	13,9	16,4

<sup>(a)</sup> Pobres: renda familiar per capita de pelo menos US\$ 1,08 por dia com imputação do autoconsumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria.

<sup>(b)</sup> Exclui a população sem declaração de renda, empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas. Excluídas as populações rurais de RO, AC, AM, RR, PA e AM.

Fonte: Tabulações especiais da PNAD para o Projeto Rurbano (jun. 2001).

Um terceiro fator que diferencia as famílias dos pobres é o número de filhos. Entre as famílias pobres, 37,5% caracterizam-se por serem compostas de casal com todos os filhos menores de 14 anos, sendo 14,8 % com 3 ou mais filhos. Somando-se os 37,2% de famílias compostas de casal ou mãe com filhos menores e maiores de 14 anos, a proporção passa para 74,7%. Dessa forma, uma política que vise atingir famílias com muitos filhos menores de 14 anos e compostas por chefes com baixa escolaridade, tem chances de estar atingindo grande parte das famílias pobres no país.

Além da caracterização das famílias procedeu-se à caracterização das pessoas dessas famílias. Na Tabela 14 verifica-se que 55,2% deles são crianças ou jovens, que possuem até 19 anos de idade, o que demonstra o elevado grau de vulnerabilidade desta camada da população no país. Para os não-pobres, a proporção de jovens é de 34,5%. Ainda, entre os pobres, 82,8% possuem até 39 anos de idade, comparando a 67,6% entre os não-pobres, demonstrando que a população mais vulnerável do país à fome é relativamente jovem.

Verifica-se, também, que a grande maioria das crianças das famílias pobres freqüentam creche ou escola (86,6%). Para famílias pobres, as crianças em idade escolar que não freqüentam escola somam 1,841 milhão; e 1,469 milhão nas famílias não-pobres.

Em relação ao local de origem destas pessoas, a grande maioria nasceu no próprio município/estado em que vivem (89,2% entre os pobres, contra 82,4% entre os não-pobres). Apenas 10,8% dos pobres declaram ter origem em outro estado ou país, sendo que esta proporção é maior para aqueles que vivem na área metropolitana (16,2%) e urbana (11,5%). Do total da população pobre, 5,6% originam-se da região Nordeste, sendo 11,0% entre a população residente nas áreas metropolitanas e 5,0% entre as residentes nas áreas urbanas. Isto demonstra que a pobreza tem raízes profundas nas regiões em que as famílias nascem, desmistificando o senso comum de que a maioria dos pobres são migrantes também de outras áreas pobres, como o Nordeste.

Com relação ao nível de instrução, verifica-se, também uma forte discrepância: entre os pobres, 87,5% possuem até 7 anos de estudo, proporção que é de 59,5% entre os não-pobres.

Analisando-se os dados de ocupação, verifica-se que cerca de 14,4 milhões (ou 33,3% da população total) dos pobres são ocupados, sendo 2,14

milhões nas áreas metropolitanas, 5,7 milhões nas áreas urbanas não metropolitanas e 6,5 milhões nas áreas rurais.

Destes 14,4 milhões de pobres ocupados, 7 milhões (ou 49,1%) exercem atividades agrícolas, sendo a grande maioria destes (5,4 milhões) residentes nas áreas rurais; os outros 7,3 milhões (ou 50,9%) ocupam-se em atividades não agrícolas, sendo a maioria destes (6,3 milhões) residentes nas áreas urbanas (metropolitanas ou não). Entre os não-pobres, apenas 17,9% estavam ocupados em atividades agrícolas e 82,1% em atividades não agrícolas. O maior peso das atividades agrícolas na população pobre fica, assim, evidente.

É interessante observar, também, que a distribuição da posição na ocupação é diferente para os ocupados nas atividades agrícolas e nas atividades não-agrícolas. Entre os agrícolas, 75% são trabalhadores por conta-própria (24,2%), trabalhadores não remunerados (34,3%) e trabalhadores para próprio consumo (16,8%). Já entre os trabalhadores pobres ocupados em atividades não agrícolas, dois terços (67%) são empregados, sendo que 18,5% são empregados domésticos. Os trabalhadores conta-própria e não remunerados representam menos de um terço (32,4%) dos trabalhadores não agrícolas.

Com relação à posse da terra, entre os trabalhadores conta-própria e empregadores do ramo agrícola, verifica-se uma maior proporção de proprietários entre os não-pobres (70,6%), comparado aos pobres (48,6%). Assim, entre os pobres, é maior a proporção de arrendatários, parceiros, posseiros e cessionários (51,4% contra 29,4% dos não-pobres).

Sobre os empregados, verifica-se que, tanto entre os empregados nas atividades agrícolas, quanto nas não-agrícolas, a proporção de pessoas com carteira assinada é extremamente baixa: 19,6% para os empregados agrícolas e 37,8% para os empregados não-agrícolas. Esta proporção, para os não-pobres, é de 37,3% e 68,8%, respectivamente.

Tabela 14  
Pessoas pobres e não-pobres, segundo características selecionadas: Brasil, 1999

Características das pessoas	Pobres <sup>(a)</sup>				Não-pobres				Em %
	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
<b>Sexo</b>									
Homem	48,9	47,2	48,1	51,2	48,9	47,8	48,7	52,6	
Mulher	51,1	52,8	51,9	48,8	51,1	52,2	51,3	47,4	
<b>Idade</b>									
até 4	14,6	14,5	14,6	14,6	7,3	7,3	7,4	7,1	
5 a 10	14,6	13,7	14,3	15,8	7,8	7,4	8,0	7,8	
10 a 14 anos	14,7	13,3	14,2	16,2	9,1	8,5	9,3	9,5	
15 a 19 anos	11,3	11,0	11,5	11,2	10,4	10,2	10,4	10,6	
20 a 29 anos	14,5	15,6	15,1	13,0	17,5	18,2	17,4	16,0	
30 a 39 anos	13,1	14,7	12,8	12,7	15,6	16,1	15,8	13,5	
40 a 49 anos	8,6	8,8	8,3	9,0	12,8	13,7	12,7	10,9	
50 a 59 anos	4,9	4,3	4,9	5,1	8,6	8,7	8,3	9,6	
60 anos e mais	3,7	4,0	4,3	2,6	11,0	9,8	10,7	15,1	
Dado não disponível	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
<b>Cor/raça da pessoa</b>									
Branca	34,3	38,3	34,4	31,7	61,6	62,0	63,3	54,5	
Preta	7,0	9,2	6,5	6,3	4,8	6,2	4,0	4,4	
Amarela	0,1	0,3	0,1	0,1	0,6	0,8	0,4	0,4	
Parda	58,3	52,1	58,7	61,6	32,9	30,8	32,1	40,7	
Indígena	0,3	0,2	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	
<b>Origem das pessoas</b>									
Nasceu no município em que mora	69,7	61,3	67,2	78,6	57,3	55,4	56,2	66,0	
Nasceu no estado mas não no município atual	19,5	22,5	21,3	15,1	25,1	23,0	27,3	21,8	
Nasceu em outro estado/país	10,8	16,2	11,5	6,3	17,6	21,6	16,5	12,2	
Norte	0,6	0,3	1,1	0,2	0,6	0,4	0,8	0,3	
Nordeste	5,6	11,0	5,1	2,9	7,1	11,6	5,1	3,8	
Sudeste	2,6	3,4	2,9	1,6	5,5	5,6	5,9	3,6	
Sul	1,2	0,9	1,4	1,0	2,9	2,3	3,1	3,4	
Centro-Oeste + DF	0,7	0,4	0,9	0,5	1,0	0,7	1,2	0,9	
outro país	0,1	0,2	0,1	0,1	0,5	1,0	0,3	0,1	
<b>Dados para crianças (5 a 15 anos de idade)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
freqüentam escola ou creche	86,6	86,7	87,7	85,2	93,1	94,1	93,9	87,8	
não freqüentam	13,3	13,3	12,3	14,8	6,9	5,9	6,1	12,2	
<b>Dados para pessoas de 10 anos ou mais de idade</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
<b>Grupos de anos de estudo</b>									
s/ instrução	22,3	12,6	21,1	30,6	10,6	6,1	9,7	24,4	
1 a 3 anos	30,2	23,6	28,7	36,8	14,6	11,2	14,2	24,2	
4 a 7 anos	35,0	42,7	36,4	27,9	34,2	32,6	34,9	35,2	
8 a 10 anos	8,4	13,8	9,3	3,5	16,6	19,8	16,7	8,7	
11 a 14 anos	3,5	6,4	3,9	0,9	17,9	21,9	18,4	6,3	
15 anos ou mais	0,2	0,4	0,2	0,0	5,7	8,0	5,5	0,8	
Sem declaração	0,4	0,5	0,5	0,3	0,5	0,4	0,5	0,5	
<b>Para Ocupados (maiores de 10 anos)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
Trabalho agrícola	49,1	5,5	25,8	83,9	17,9	1,7	10,0	69,9	
Trabalho não agrícola	50,9	94,5	74,2	16,1	82,1	98,3	90,0	30,1	

Continua...

...Continuação

Em %

Características das Pessoas	Pobres <sup>(a)</sup>				Não-pobres			
	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural
<b>Trabalho agrícola</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Posição na ocupação								
Empregado permanente	12,5	27,2	17,8	10,7	17,5	18,5	23,2	15,1
Empregado temporário	12,3	6,4	22,1	9,7	9,8	2,9	16,6	7,4
Conta-própria	24,2	16,1	23,0	24,7	26,5	19,0	21,5	28,9
Empregador	0,0	0,0	0,0	0,0	4,7	4,2	7,6	3,5
Não remunerado	34,3	15,3	17,5	39,2	21,5	15,9	8,7	27,1
Trabalhador para próprio consumo	16,8	35,0	19,6	15,6	19,9	39,4	22,4	18,0
<b>Para os empregados agrícolas</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Possui registro de trabalho	19,6	34,8	20,9	18,4	37,3	35,4	40,1	35,4
Recebe auxílio alimentação	3,9	14,3	3,5	3,7	10,0	11,2	9,8	10,0
Não recebe	15,7	20,5	17,4	14,6	27,3	24,1	30,2	25,4
Não possui registro assinado	80,4	65,2	79,0	81,6	62,7	64,6	59,9	64,5
Recebe auxílio alimentação	15,2	12,1	18,1	13,8	15,1	15,6	17,1	13,7
Não recebe	65,2	53,1	60,9	67,8	47,5	49,0	42,8	50,7
Recebe auxílio alimentação	18,8	26,4	21,0	17,4	24,2	24,4	25,1	23,5
Não recebe sem declaração	79,7	73,6	76,3	81,7	72,2	66,4	68,3	75,3
sem declaração	1,5	0,0	2,7	0,9	3,6	9,2	6,5	1,2
<b>Para os empregadores e conta-própria agrícolas, eram:</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
proprietários	48,6	43,1	44,9	49,6	70,6	56,5	71,5	70,7
arrendatários	11,1	18,1	14,2	10,2	6,7	6,1	8,9	6,0
parceiros	12,5	16,1	18,6	10,9	9,0	8,3	9,6	8,8
posseiros	6,1	6,5	5,2	6,3	3,4	10,3	2,5	3,5
cessionários	19,5	5,4	15,1	20,8	8,7	6,1	6,8	9,5
outra condição e/ou ignorado	2,2	10,8	2,1	2,2	1,6	12,7	0,6	1,5
Algum tipo de produção foi consumida como alimentação								
sim	86,4	82,6	86,8	86,3	86,1	73,0	81,9	88,0
não	13,6	17,4	13,1	13,7	13,8	22,8	18,1	12,0
ignorado	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	4,2	0,0	0,0
Se positivo, parcela alimentação consumida dessa produção								
até a metade	88,4	87,6	93,3	87,2	86,3	97,4	91,9	84,2
mais da metade	11,6	12,4	6,7	12,8	13,7	2,6	8,1	15,8
ignorado	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	5,8	0,0	0,0
<b>Trabalho não-agrícola</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Posição na ocupação								
Empregado	48,5	50,3	47,3	49,8	61,5	64,9	59,9	56,0
empregado doméstico	18,5	18,1	18,7	18,6	8,5	8,2	8,1	14,2
Conta-própria	27,1	27,0	27,8	24,8	21,4	20,4	22,2	21,1
Empregador	0,0	0,0	0,0	0,0	5,1	4,5	5,7	3,1
Não remunerado	5,2	3,8	5,7	5,8	3,3	1,9	4,0	5,5
Construção para próprio uso	0,6	0,7	0,5	1,0	0,2	0,2	0,1	0,2

Continua...

...Continuação								Em %
Características das pessoas	Pobres <sup>(a)</sup>				Não-pobres			
	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural
<b>Para os empregados não-agrícolas</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Possui registro de trabalho	37,8	49,8	34,8	26,9	68,8	72,9	67,1	57,8
Recebe auxílio alimentação	13,6	24,8	9,9	6,2	32,4	42,1	26,8	20,4
Não recebe	24,1	25,0	24,7	20,4	36,2	30,7	40,1	37,0
Não possui registro assinado	62,1	50,2	65,2	73,1	31,2	27,1	32,9	42,2
Recebe auxílio alimentação	21,8	19,2	22,6	23,9	9,6	9,1	9,5	14,2
Não recebe	39,9	31,0	42,2	48,1	21,4	18,0	23,2	27,6
Recebe auxílio alimentação	35,4	43,9	32,5	30,1	42,1	51,2	36,3	34,6
Não recebe sem declaração	64,1	56,0	66,9	68,6	57,6	48,7	63,3	64,6
	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Todos os ocupados</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Ramos de atividade								
Agricultura	48,9	5,5	25,5	83,8	17,7	1,7	9,6	69,7
Indústria comércio	15,0	23,9	21,3	6,4	20,5	22,8	22,9	9,8
Serviços	8,9	18,0	13,8	1,6	14,6	16,2	17,3	4,1
Administração pública	24,5	48,7	34,8	7,3	39,7	50,1	42,0	14,5
Outras atividades	1,8	1,8	3,1	0,7	5,4	5,6	6,5	1,7
Outras atividades	1,0	2,1	1,5	0,2	2,1	3,6	1,7	0,3
Contribuição para previdência								
Sim	16,9	35,3	21,1	7,1	50,2	62,0	52,7	21,7
Não ignorado	83,1	64,7	78,9	92,9	49,8	38,0	47,3	78,3
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Ocupados com 60/65 anos ou mais de idade <sup>(b)</sup></b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
com aposentadoria	49,4	19,3	45,5	60,3	66,0	47,8	62,6	78,4
com pensão	6,6	7,3	8,7	4,5	6,7	9,5	7,9	4,0
com apos. e pensão	0,4	0,0	0,4	0,4	5,1	4,1	4,6	6,2
sem apos. e/ou pensão	43,7	73,4	45,4	34,8	22,2	38,6	24,9	11,4
<b>Para não ocupados na semana</b>								
Procurou trabalho	16,7	33,3	21,6	3,3	7,7	11,2	7,3	2,1
Era aposentado	0,1	0,3	0,1	0,0	0,3	0,4	0,3	0,0
Era pensionista	0,2	0,4	0,2	0,0	0,1	0,2	0,1	0,0

...Continuação

Continua...

Características das pessoas	Pobres <sup>(a)</sup>				Não-pobres			
	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural
<b>População desocupada com 60/65 anos ou mais de idade <sup>(b)</sup></b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
com aposentadoria	27,4	24,6	31,7	23,3	58,3	44,5	73,3	100,0
com pensão	6,2	13,0	0,0	0,0	9,2	15,1	2,3	0,0
com aposentadoria e pensão	0,0	0,0	0,0	0,0	3,7	0,9	7,3	0,0
sem aposentadoria e/ou pensão	66,3	62,3	68,3	76,7	28,8	39,4	17,1	0,0
<b>População inativa com 60/65 anos ou mais de idade <sup>(b)</sup></b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
com aposentadoria	59,7	48,3	62,8	68,1	59,7	51,9	61,5	74,6
com pensão	13,6	18,4	12,1	11,0	16,6	19,9	16,2	8,8
com aposentadoria e pensão	1,3	1,6	1,2	0,7	6,4	6,5	6,4	6,4
sem aposentadoria e/ou pensão	26,7	33,3	25,2	20,9	23,7	28,2	15,9	16,6

\* Exclui a população sem declaração de renda e inclui empregados domésticos e pensionistas que moram com outras famílias. Exclui as populações rurais de RO, AC, AM, RR, PA e AM.

<sup>(a)</sup> Pobres: renda familiar per capita de pelo menos US\$ 1,08 por dia com imputação do autoconsumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria.

<sup>(b)</sup> refere-se a mulheres com 60 anos e mais e homens com 65 anos e mais.

Fonte: Tabulações especiais da PNAD.

Os empregados pobres também têm menor acesso a benefícios como auxílio alimentação, que está fortemente vinculado ao registro de trabalho: entre os empregados agrícolas pobres, apenas 18,8% recebem este benefício, contra 24,2% dos não-pobres, e entre os empregados não-agrícolas, 35,4% recebem, contra 42,1% dos não-pobres.

Apenas 16,9% dos pobres contribuem para Instituto de Previdência, proporção que sobe para 50,2% entre os não-pobres. Esta proporção é sempre menor para a população rural. A reforma previdenciária, que estabelece o recebimento do benefício apenas em função do tempo de contribuição deveria ser repensada, levando-se em consideração estas pessoas pobres.

É grande também a discrepância entre pobres e não-pobres com relação à taxa de desemprego. A proporção de desempregados entre os pobres é de 16,7% e de 7,7% entre os não-pobres. É bastante visível que esta vulnerabilidade é maior nas áreas metropolitanas: aí, um terço dos pobres (33,3%) da PEA (População Economicamente Ativa) pobre procura emprego, contra 11,2% da PEA não pobre.

Verifica-se, assim, uma grande diferença entre o padrão do pobre urbano (metropolitano ou não) e rural. Nas áreas rurais, trata-se, basicamente, de pequenos produtores, ou membros não remunerados das famílias, enquanto nas áreas urbanas

(metropolitanas ou não), a grande maioria é composta por empregados com poucos benefícios sociais e baixos salários e de desempregados, especialmente nas áreas metropolitanas.

Como já dissemos, quase metade (48,9%) da população pobre está ocupada em atividades agrícolas, proporção que sobe para 83,8% nas áreas rurais. Nas áreas urbanas (metropolitana ou não), um quarto (25,5%) da população pobre também ocupada em atividades agrícolas. Nas áreas metropolitanas, 48,7% dos pobres estão ocupados no ramo de serviços. Assim, uma política de combate à pobreza deve ter como públicos prioritários os pequenos produtores agrícolas e os trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos e os desempregados.

#### **Bibliografia utilizada**

- ÁRIAS, Alfonso Rodriguez. *Estimativas de indigência e pobreza no Brasil no período 1990-1996*. Resumo metodológico e resultados. Mar. 1999a. (Mimeogr.).
- ÁRIAS, Alfonso Rodriguez. *Indigencia, pobreza y distribución de ingresos en Brasil en la década de los noventa*. Jun. 1999b. (Mimeogr.).
- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001 – Luta contra a Pobreza*. [s.l.: s.n.], 2000.
- CAMARGO, José Márcio, Ferreira, Francisco H. G. O. *Benefício social único: uma proposta de reforma da política social no Brasil*. [s.l.: s.n.], jan. 2001. (Mimeogr.).
- CAMPANHOLA, Clayton, GRAZIANO DA SILVA, José (Org.). *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas: Unicamp/IE, 2000. 4v.
- CEPAL. *Brasil: canastas básicas de alimentos y determinación de las líneas de indigencia y de pobreza*. [s.l.: s.n.], dez. 1989. (LC/L 532).
- CHEN, Shaohua, RAVALLION, Martin. *How did the world's poorest fare in the 1990s?*, Washington, DC: World Bank, Aug. 2000. (The World Bank Working Papers, n. 2409).
- CUNHA, Altivo A. *Perfil de compra de produtos básicos em assentamentos rurais*. [s.l.: s.n.], 2001. (Mimeogr.).
- DEL GROSSI, Mauro. Urbanização estatística. *Globo Rural*, São Paulo, v. 187, p. 88, 2001.
- FAO. *The state of food insecurity in the World*. (SOFI) 2000.
- FERES, Juan Carlos, LEÓN, Arturo. Magnitud de la situación de la pobreza. *Revista de la Cepal*, n. 41, ago. 1990.
- FERREIRA, Francisco H. G., LANJOUW, Peter, NERI, Marcelo. *A new poverty profile for Brazil, using PPV, PNAD and Census data*. Rio de Janeiro: PUC. Departamento de Economia, mar. 2000. (Texto para Discussão, n. 418).
- FISHLOW, Albert. Brazilian size distribution of income. *American Economic Review*, v. 62, n. 2, p. 391-402, May 1972.

- GARCIA, Ronaldo C. *Subsídios para organizar avaliações da ação governamental*. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, n. 776).
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. Campinas: IE/Unicamp, 1996.
- HOFFMANN, Rodolfo. *A distribuição de renda no Brasil no período 1993-99*. [s.l.: s.n.], 2001. (Mimeogr.).
- \_\_\_\_\_. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, 1995.
- INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. *Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição: perfil de crescimento da população brasileira de 0 a 25 anos*. Brasília, 1990.
- ITESP. *Relatório de pesquisa de autoconsumo alimentar nos assentamento*. São Paulo, 2000.
- LUSTOSA, Tânia Q. de O., FIGUEIREDO, José Bernardo B. de. Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2., ago. 1990.
- MALETTA, Hector. *Rural poverty in Brazil*. [s.l.: s.n.], 1998.
- MONTEIRO, Carlos Augusto, BENÍCIO, Maria Helena D., FREITAS, Isabel Cristina M. de. *Melhoria em indicadores de saúde associados à pobreza no Brasil dos anos 90: descrição, causas e impacto sobre desigualdades regionais*. São Paulo: Nupens/USP, out. 1997. (Série: A Trajetória do Desenvolvimento Social no Brasil, n. 1/97).
- MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, 1995.
- NORDER, L. A. C. *Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho*. Campinas: Unicamp, 1997. (Dissertação, Mestrado).
- PELIANO, Anna Maria (Coord.). *O mapa da fome: informações sobre a indigência por municípios da Federação*. Rio de Janeiro: IPEA, maio 1993. (Documento de Política, n. 15).
- ROCHA, Sonia. *Poverty studies in Brazil – A review*. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 1996. (Texto para Discussão, n. 398).
- \_\_\_\_\_. Do consumo observado à linha de pobreza. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, ago. 1997.
- \_\_\_\_\_. *Pobreza no Brasil. O que há de novo no limiar do século XXI?* [s.l.: s.n.], set. 2000a. (Mimeogr.).
- \_\_\_\_\_. *Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2000b. (Texto para Discussão, n. 720).
- WORLD DEVELOPMENT INDICATORS. Washington, DC: World Bank, 2000.

## Anexo

Tabela 1A  
 Comparação das Linhas de Pobreza e de Indigência – Brasil, 1999  
 Em R\$ de setembro de 1999

Regiões	LP com base na renda de US\$1,08 por dia convertidos em R\$ mensais	LI de Rocha (2000)	LP de Rocha (2000)
<b>Norte</b>			
Metropolitano			
Belém	72,05	28,11	87,73
Urbano	72,57	27,67	76,48
Rural	72,57	...	...
<b>Nordeste</b>			
Metropolitano			
Fortaleza	67,16	30,23	88,58
Recife	66,86	39,48	128,78
Salvador	82,54	36,67	114,93
Urbano	72,57	26,74	78,15
Rural	62,29	23,23	47,14
<b>Sudeste</b>			
Metropolitano			
Belo Horizonte	69,74	31,05	109,78
Rio de Janeiro	73,16	41,86	130,74
São Paulo	74,89	41,39	167,97
Urbano	66,55	30,31	87,50
Rural	65,91	24,01	56,86
<b>Sul</b>			
Metropolitano			
Curitiba	73,67	29,75	106,55
Porto Alegre	73,67	33,17	83,51
Urbano	66,55	28,47	71,37
Rural	65,91	22,45	48,11
<b>Centro-Oeste</b>			
Brasília	73,67	31,44	148,81
Urbano	66,55	29,07	121,76
Rural	65,91	20,37	60,46

Fonte: Tabulações especiais da PNAD/1999 e Rocha (2000).

Tabela 2A  
 Comparação da proporção de indigentes e pobres, segundo autores seleccionados

	Rocha (2000) % indigentes em 1999	Rocha (2000) <sup>(a)</sup> % pobres em 1999	Ferreira et al. (2000) % pobres em 1996	Hoffmann (2001) % de pobres <sup>(b)</sup> em 1999	Fome Zero % de pobres <sup>(c)</sup> em 1999
<b>Norte</b>	<b>10,4</b>	<b>39,7</b>	<b>30,1</b>	<b>22,3</b>	<b>36,2</b>
Metropolitana	9,7	37,5		18,2	30,3
Urbana não metrop.	10,5	40,0		21,6	36,2
Rural <sup>(d)</sup>	...			44,7	38,1
<b>Nordeste</b>	<b>16,3</b>	<b>50,9</b>	<b>47,9</b>	<b>35,0</b>	<b>48,8</b>
Metropolitana	14,2	52,6		20,9	35,7
Urbana não metrop.	13,0	49,4		28,5	45,8
Rural	21,6	51,8		50,4	59,7
<b>Sudeste</b>	<b>5,3</b>	<b>28,6</b>	<b>9,2</b>	<b>9,6</b>	<b>17,0</b>
Metropolitana	5,7	34,4		7,3	14,7
Urbana não metrop.	4,1	22,7		8,2	15,2
Rural	9,0	28,7		25,3	34,3
<b>Sul</b>	<b>5,4</b>	<b>19,7</b>	<b>12,1</b>	<b>11,3</b>	<b>18,3</b>
Metropolitana	4,5	22,7		7,5	15,5
Urbana não metrop.	5,1	18,0		9,1	15,8
Rural	7,3	22,5		21,7	28,4
<b>Centro-Oeste</b>	<b>5,4</b>	<b>37,4</b>	<b>16,6</b>	<b>12,9</b>	<b>22,3</b>
Metropolitana	5,0	39,4		9,6	21,0
Urbana não metrop.	5,4	37,5		11,4	19,7
Rural	5,9	34,9		21,8	34,0
<b>BRASIL</b>	<b>8,7</b>	<b>35,0</b>	<b>22,6</b>	<b>18,1</b>	<b>27,8</b>
Metropolitana	<b>7,1</b>	<b>36,9</b>		<b>10,1</b>	<b>19,1</b>
Urbana não metrop.	<b>7,3</b>	<b>31,8</b>		<b>15,1</b>	<b>25,5</b>
Rural	<b>15,3</b>	<b>40,3</b>		<b>37,6</b>	<b>46,1</b>

<sup>(a)</sup> Para as regiões metropolitanas e para o Sudeste, foi tirada a média de cada região; <sup>(b)</sup> Proporção de pessoas com rendimento familiar per capita igual ou menor do que o valor real de ¼ do salário -mínimo de agosto de 1980 (R\$ 46,15 de set./99). Os dados para as áreas não metropolitanas (urbanas e rurais) foram cedidos pelo autor.

<sup>(c)</sup> Pobres: renda familiar per capita até US\$ 1,08 por dia com imputação do autoconsumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria. Considera-se apenas o Rural não-metropolitano; <sup>(d)</sup> Só Tocantins, com exceção do Projeto Fome Zero, que envolve todos os estados.

Tabela 3A  
 Famílias com despesas de aluguel e/ou prestação da casa própria: proporção da população e da renda familiar. Brasil, 1999

Unidades da Federação	Metropolitana				Não Metropolitana							
					Urbano				Rural			
	População		Renda		População		Renda		População		Renda	
	Aluguel	Prestação	Aluguel	Prestação	Aluguel	Prestação	Aluguel	Prestação	Aluguel	Prestação	Aluguel	Prestação
Rondônia	-	-	-	-	13,8	8,3	16,4	9,9	...	...	...	...
Acre	-	-	-	-	10,4	8,5	13,9	5,9	...	...	...	...
Amazonas	-	-	-	-	7,9	7,2	18,4	9,0	...	...	...	...
Roraima	-	-	-	-	13,5	4,5	14,8	3,4	...	...	...	...
Pará	11,5	5,1	20,7	12,1	10,4	0,5	11,5	6,3	...	...	...	...
Amapá	-	-	-	-	6,8	3,4	14,9	5,4	...	...	...	...
Tocantins	-	-	-	-	12,0	2,1	14,0	14,8	5,1	0,4	16,8	26,2
Maranhão	-	-	-	-	8,8	4,3	14,8	6,8	2,0	5,7	11,0	6,4
Piauí	-	-	-	-	9,4	8,9	11,3	7,1	0,4	0,2	16,8	6,8
Ceará	16,1	6,0	17,3	11,9	16,5	0,9	14,3	9,0	0,7	0,0	11,6	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	16,6	8,7	17,5	10,0	3,2	4,9	16,0	11,1
Paraíba	-	-	-	-	16,3	8,5	16,7	12,6	0,6	0,0	7,8	-
Pernambuco	13,1	4,8	17,9	13,5	15,7	2,3	17,4	10,2	1,0	0,0	14,6	-
Alagoas	-	-	-	-	17,3	4,9	19,6	13,5	3,9	3,4	10,2	6,8
Sergipe	-	-	-	-	15,3	10,2	18,4	14,6	1,3	0,0	8,7	-
Bahia	12,9	9,9	19,6	12,3	11,1	1,1	15,6	7,6	1,7	0,0	13,9	-
Minas Gerais	15,4	4,9	19,9	17,2	18,9	4,6	18,2	12,8	1,8	0,2	12,2	29,6
Espírito Santo	-	-	-	-	15,8	6,0	14,9	12,8	1,1	0,0	16,9	-
Rio de Janeiro	16,3	5,3	24,2	15,0	15,7	4,0	23,0	12,7	2,9	0,7	22,9	14,4
São Paulo	18,7	5,2	24,3	16,6	18,1	9,8	20,3	12,9	4,6	2,5	14,3	24,1
Paraná	13,4	13,4	21,1	16,9	17,5	10,8	14,7	11,7	3,0	2,4	11,5	4,6
Santa Catarina	-	-	-	-	13,5	7,1	16,7	19,6	3,2	4,3	11,0	32,0
Rio Grande do Sul	12,0	11,7	19,5	14,8	14,8	6,3	16,1	13,2	2,0	0,5	12,0	17,8
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	16,8	11,6	16,9	10,3	1,4	1,1	25,8	3,9
Mato Grosso	-	-	-	-	14,1	8,6	15,6	13,4	2,9	2,1	13,2	9,2
Goiás	-	-	-	-	20,6	3,9	16,0	12,6	2,6	0,6	15,7	26,7
Distrito Federal	23,4	7,0	19,2	12,1	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	16,4	6,5	22,6	15,0	15,9	6,5	17,8	12,6	2,2	1,4	13,0	11,5

Fonte: Tabulações especiais da PNAD (1999) para o Projeto Urbano (jun. 2001).

Tabela 4A  
Tipologia de famílias extensas pobres e não-pobres: Brasil, 1999

Em 1.000 famílias

Tipos de Famílias Extensas <sup>(b)</sup>	Pobres <sup>(a)</sup>				Não-pobres			
	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural	Total	Metrop.	Urb. N. Metrop.	Rural
<b>Empregadora (empregados permanentes)</b>	-	-	-	-	2.416	665	1.448	304
agrícola	-	-	-	-	222	6	76	139
pluriativo	-	-	-	-	259	8	153	98
não-agrícola	-	-	-	-	1.936	651	1.218	67
<b>Conta-Própria</b>	3.198	496	1.319	1.383	10.076	2.956	5.011	2.109
agrícola	1.005	9	173	823	1.343	27	212	1.105
pluriativo	625	11	189	426	1.128	32	463	633
não-agrícola	1.568	477	958	133	7.604	2.897	4.336	371
<b>Empregada</b>	4.294	1.008	2.118	1.167	16.044	6.166	8.223	1.655
agrícola	1.018	25	302	692	1.087	25	353	709
pluriativo	302	6	135	160	590	18	342	230
não-agrícola	2.974	977	1.682	315	14.367	6.124	7.528	715
<b>Total de Famílias Ocupadas</b>	7.492	1.504	3.438	2.550	28.536	9.787	14.682	4.067
agrícolas	2.023	33	474	1.516	2.652	58	641	1.953
pluriativa	927	17	324	586	1.977	57	959	961
não-agrícola	4.541	1.454	2.640	448	23.907	9.672	13.082	1.153
<b>Não-Ocupada na semana</b>	1.650	561	880	210	4.163	1.410	2.210	544
com aposentados e/ou pensionistas	450	131	252	67	3.412	1.100	1.825	486
com aposent/pens e desempregados	237	80	140	16	376	158	195	23
sem aposent/pens e com desemp.	579	234	297	48	108	54	50	4
sem aposent/pens e sem desemp	384	115	190	79	267	98	139	31
<b>Total de famílias extensas</b>	9.142	2.065	4.318	2.760	32.699	11.196	16.892	4.611

<sup>(a)</sup> Pobres: renda familiar per capita até US\$ 1,08 por dia com imputação do autoconsumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria.

<sup>(b)</sup> Famílias residentes em domicílios particulares permanentes. Exclui a população sem declaração de renda, empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas. Excluídas as populações rurais de RO, AC, AM, RR, PA e AM.

Fonte: Tabulações especiais da PNAD (1999) para o Projeto Urbano (jun. 2001).

Tabela 5A  
Estimativa de pobres no Brasil, segundo os Estados: Brasil, 1999

Estados	Pobres <sup>(a)</sup>			Não-pobres			População total <sup>(b)</sup> (1.000)		% pessoas pobres	% famílias pobres
	No. pessoas (1.000)	No. Famílias (1.000)	Renda média per capita <i>disponível</i> de todos os rendimentos (em R\$)	No. pessoas (1.000)	No. Famílias (1.000)	Renda média per capita <i>disponível</i> de todos os rendimentos (em R\$)	Pessoas	Famílias		
<b>RO</b>										
Urbana	174	38	38,12	656	178	320,81	831	216	21,0	17,6
Rural	104	23	38,12	390	106	320,81	493	128	21,0	17,6
<b>AC</b>										
Urbana	119	22	38,87	232	65	371,94	351	87	33,8	25,5
Rural	60	11	38,87	118	33	371,94	178	44	33,8	25,5
<b>AM</b>										
Urbana	792	148	41,64	1.143	280	242,57	1.936	427	40,9	34,5
Rural	275	51	41,64	397	97	242,57	672	148	40,9	34,5
<b>RR</b>										
Urbana	35	8	36,99	162	40	307,71	197	48	17,8	17,3
Rural	11	3	36,99	51	13	307,71	62	15	17,8	17,3
<b>PA</b>										
Metropolitana	285	57	43,76	657	161	334,24	942	217	30,3	26,1
Urbana	886	160	43,69	1.332	325	208,88	2.218	485	39,9	33,1
Rural	446	81	43,69	671	163	208,88	1.117	244	39,9	33,1
<b>AP</b>										
Urbana	146	26	38,22	232	53	270,22	378	79	38,7	32,7
Rural	18	3	38,22	29	7	270,22	47	10	38,7	32,7
<b>TO</b>										
Urbana	242	50	43,52	467	130	227,28	710	181	34,2	27,9
Rural	219	44	31,91	187	57	171,94	407	101	53,9	43,7
<b>MA</b>										
Urbana	1.171	241	43,12	1.180	315	199,38	2.351	556	49,8	43,4
Rural	1.712	313	34,61	1.323	353	202,65	3.035	666	56,4	47,0
<b>PI</b>										
Urbana	734	150	40,46	811	225	249,00	1.545	376	47,5	40,0
Rural	706	136	29,75	437	124	145,31	1.142	261	61,8	52,4

Continua...

Continuação

Estados	Pobres <sup>(a)</sup>			Não-pobres			População total <sup>(b)</sup> (1.000)		% pessoas pobres	% famílias pobres
	No. pessoas (1.000)	No. Famílias (1.000)	Renda média per capita <i>disponível</i> de todos os rendimentos (em R\$)	No. pessoas (1.000)	No. Famílias (1.000)	Renda média per capita <i>disponível</i> de todos os rendimentos (em R\$)	Pessoas	Famílias		
<b>CE</b>										
Metropolitana	979	202	39,17	1.693	458	291,28	2.672	660	36,7	30,7
Urbana	1.052	223	39,61	956	274	212,40	2.008	496	52,4	44,9
Rural	1.364	265	29,78	870	245	118,46	2.234	510	61,1	52,0
<b>RN</b>										
Urbana	650	138	40,35	1.081	290	286,97	1.731	428	37,5	32,3
Rural	488	96	33,92	409	104	150,27	897	199	54,4	47,9
<b>PB</b>										
Urbana	784	175	42,33	1.415	413	355,56	2.198	588	35,6	29,7
Rural	755	148	31,69	370	108	163,11	1.125	256	67,1	57,7
<b>PE</b>										
Metropolitana	997	218	37,77	1.994	565	307,21	2.991	783	33,3	27,8
Urbana	1.337	292	39,43	1.364	396	199,85	2.701	688	49,5	42,4
Rural	874	159	30,99	505	156	124,05	1.379	315	63,4	50,6
<b>AL</b>										
Urbana	830	178	39,84	936	259	263,73	1.765	437	47,0	40,7
Rural	597	113	32,97	347	103	138,26	944	216	63,3	52,5
<b>SE</b>										
Urbana	460	102	40,13	675	191	313,66	1.136	293	40,5	34,8
Rural	297	59	33,84	156	53	118,44	453	112	65,5	52,4
<b>BA</b>										
Metropolitana	1.005	219	44,72	1.674	489	378,19	2.680	707	37,5	30,9
Urbana	2.423	513	40,62	2.760	797	213,83	5.183	1.310	46,8	39,2
Rural	2.660	514	35,76	1.965	601	125,45	4.625	1.115	57,5	46,1
<b>MG</b>										
Metropolitana	746	165	41,38	3.120	874	354,74	3.866	1.039	19,3	15,9
Urbana	2.188	480	40,26	7.370	2.135	283,65	9.558	2.615	22,9	18,4
Rural	1.507	292	35,94	1.954	573	166,27	3.461	866	43,6	33,8
<b>ES</b>										
Urbana	445	99	35,25	1.746	508	331,42	2.191	607	20,3	16,3
Rural	267	59	38,66	450	129	189,05	716	188	37,2	31,4

Continua...

Continuação

Estados	Pobres <sup>(a)</sup>			Não-pobres			População total <sup>(b)</sup> (1.000)		% pessoas pobres	% famílias pobres
	No. pessoas (1.000)	No. Famílias (1.000)	Renda média per capita <i>disponível</i> de todos os rendimentos (em R\$)	No. pessoas (1.000)	No. Famílias (1.000)	Renda média per capita <i>disponível</i> de todos os rendimentos (em R\$)	Pessoas	Famílias		
<b>RJ</b>										
Metropolitana	1.323	343	43,52	8.621	2.726	412,04	9.944	3.069	13,3	11,2
Urbana	433	97	42,16	2.266	702	303,47	2.699	800	16,1	12,2
Rural	207	42	38,79	410	123	152,87	618	166	33,6	25,6
<b>SP</b>										
Metropolitana	2.368	556	37,10	14.061	4.001	445,00	16.428	4.557	14,4	12,2
Urbana	1.566	359	38,92	14.463	4.209	366,66	16.030	4.568	9,8	7,9
Rural	442	89	38,07	1.828	499	265,88	2.270	588	19,5	15,2
<b>PR</b>										
Metropolitana	395	93	37,93	2.085	606	410,79	2.480	700	15,9	13,4
Urbana	1.042	247	36,93	4.003	1.206	317,21	5.045	1.453	20,7	17,0
Rural	622	133	37,79	1.045	299	195,27	1.667	431	37,3	30,8
<b>SC</b>										
Urbana	380	83	39,48	3.291	981	357,16	3.671	1.064	10,3	7,8
Rural	341	70	38,80	1.013	277	201,03	1.354	347	25,2	20,3
<b>RS</b>										
Metropolitana	502	119	43,60	2.792	903	440,35	3.294	1.023	15,2	11,7
Urbana	700	157	36,66	4.000	1.260	354,05	4.700	1.417	14,9	11,1
Rural	420	90	39,07	1.433	438	248,69	1.853	528	22,6	17,1
<b>MS</b>										
Urbana	349	80	36,86	1.317	377	297,55	1.666	457	20,9	17,5
Rural	104	21	41,48	223	68	210,85	328	90	31,9	23,7
<b>MT</b>										
Urbana	295	64	42,07	1.441	407	297,72	1.736	471	17,0	13,6
Rural	175	36	41,56	428	134	191,02	603	170	29,1	21,4
<b>GO</b>										
Urbana	795	192	37,87	3.101	912	289,29	3.895	1.103	20,4	17,4
Rural	341	81	39,45	555	181	217,65	897	262	38,1	30,8
<b>DF</b>										
Metropolitana	403	94	42,72	1.522	428	584,74	1.925	522	21,0	18,0

Continuação

Estados	Pobres <sup>(a)</sup>			Não-pobres			População total <sup>(b)</sup> (1.000)		% pessoas pobres	% famílias pobres
	No. pessoas (1.000)	No. Famílias (1.000)	Renda média per capita <i>disponível</i> de todos os rendimentos (em R\$)	No. pessoas (1.000)	No. Famílias (1.000)	Renda média per capita <i>disponível</i> de todos os rendimentos (em R\$)	Pessoas	Famílias		
<b>Brasil</b>	44.043	<b>9.324</b>	<b>38,34</b>	<b>114.180</b>	<b>33.180</b>	<b>327,67</b>	<b>158.223</b>	<b>42.504</b>	<b>27,8</b>	<b>21,9</b>
Metropolitana	9.003	2.067	40,41	38.218	11.210	414,72	47.221	13.277	19,1	15,6
Urbana	8.431	1.949	40,39	37.218	10.928	418,59	45.649	12.877	18,5	15,1
Rural	572	117	40,79	1.000	282	270,80	1.572	400	36,4	29,4
Não metrop.	35.040	7.257	37,79	75.962	21.970	282,90	111.002	29.228	31,6	24,8
Urbana	20.027	4.324	40,03	58.399	16.927	309,68	78.427	21.251	25,5	20,3
Rural	15.012	2.933	34,60	17.563	5.044	184,60	32.575	7.977	46,1	36,8

Fonte: Tabulações especiais da PNAD (1999) para o Projeto Rurbano (jun. 2001).